



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 133

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 10 DE NOVEMBRO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 133

123ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças..... 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 11

Pequeno Expediente:

Dep. Douglas Fabrício 14

Dep. Péricles de Mello..... 17

Dep. Artagão Júnior..... 19

Dep. Ney Leprevost 20

Dep. Geraldo Cartário..... 22

Grande Expediente:

Dep. Douglas Fabrício 16

Dep. Jocelito Canto..... 24

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 18

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost21

Liderança do PP

Dep. Geraldo Cartário.....23

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto.....26

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli27

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch30

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente33

Discussão/Votação

Redação Final33

2ª Discussão34

1ª Discussão34

Requerimentos40

Encerramento da Sessão41

Publicações:

Atas de Comissões

Constituição e Justiça41

Tomada de Contas.....42

DIÁRIO Nº 133

123ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

ATA DA 123ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2008

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Luiz Fernandes Litro e Reni Pereira (03).

Ausente com justificativa a Sra. Deputada Cida Borghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 356/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Mirador.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A doação, por parte do estado do Paraná, de 03 (três) ônibus escolares para o município de Mirador.

2 - A solicitação justifica-se que a doação deste veículo ajudará fazer o transporte escolar, oferecendo melhor qualidade de vida e de estudo a todas as pessoas, uma vez que os ônibus que o município possui estão precisando ser substituídos, já que este não possui condições financeiras para poder fazer a substituição.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

INDICAÇÃO Nº 357/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Campo Largo.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e a Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao senhor e à senhora, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar a doação de 04 (quatro) ônibus escolares para o município de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária devido o município de Campo Largo ter uma demanda crescente de alunos que precisam utilizar o transporte escolar. Por essa razão consideramos justo que o município seja beneficiado pelo Programa de Transporte Escolar desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná, para que possa atender os alunos da rede pública municipal e estadual com segurança e qualidade.

INDICAÇÃO Nº 358/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Quatro Barras.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e a Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao senhor e à senhora, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar a doação de 03 (três) ônibus escolares para o município de Quatro Barras.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária devido o município de Quatro Barras ter uma grande demanda de alunos na rede pública municipal e estadual e para que possa proporcionar um transporte escolar com segurança e qualidade aos alunos, pleiteamos que o município seja beneficiado pelo Programa de Transporte Escolar desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná.

INDICAÇÃO Nº 359/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a doação de ônibus escolar para o município de Itaperuçu.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e a Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da Educação:

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao senhor e à senhora, para reivindicar o seguinte:

1 - Solicitar a doação de 04 (quatro) ônibus escolares para o município de Itaperuçu.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária devido o município de Itaperuçu ter uma grande demanda de alunos na área rural e não dispor de condições orçamentárias para pro-

porcionar um transporte escolar com segurança e qualidade para os alunos da rede pública municipal e estadual. Por essa razão consideramos justo que o município seja beneficiado pelo Programa de Transporte Escolar desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná.

INDICAÇÃO Nº 360/08

SÚMULA:

Propõe a execução de obras de restauração das canaletas ao longo da rodovia PR-182 no trecho do trevo Paranavaí/Nova Londrina à cidade de Loanda e na sua continuação para Santa Isabel do Ivaí.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem:

O Deputado Luiz Accorsi, subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o encaminhamento de ofício ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DER/SETR, solicitando imediatas providências para restauração das canaletas para escoamento de águas pluviais ao longo da rodovia PR-182, no percurso que demanda do trevo Paranavaí/Nova Londrina à cidade de Loanda e na sua continuação para Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

As providências reclamadas na súmula do presente requerimento, já foram encaminhadas à Secretaria dos Transportes há meses passados. No entanto, nos obrigamos a representar reivindicação no mesmo sentido, devido às fortes chuvas que caíram na região de Loanda, no último dia 05 de novembro corrente.

A população e a administração municipal de Loanda ainda não conseguiram contabilizar os estragos provocados por ventos seguidos e fortes e demoradas precipitações, ventos que superaram a velocidade de 80 quilômetros horários.

Além dos estragos registrados no perímetro urbano de Loanda, os efeitos se fizeram sentir também na rodovia PR-182, danificando as canaletas que agora precisam sofrer reformas.

Requeiro ainda a extensão das medidas ao percurso entre Loanda e Santa Isabel do Ivaí, também carente de reforma.

Colho a oportunidade para ressaltar a necessidade de permanente conservação da PR-182, dado à sua importância no transporte de cargas e passageiros não só da região, como provenientes dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

INDICAÇÃO Nº 361/08

SÚMULA:

Sugere a construção de uma ala especializada no tratamento fissurados labiopalatais, no Hospital Universitário de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Governador:

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a construção de uma ala especializada no tratamento fissurados labiopalatais, no Hospital Universitário de Maringá;

II - a apresentação da presente indicação, vem ao encontro de antiga reivindicação da comunidade de Maringá e região para que seja construído, no Hospital Universitário de Maringá, um centro de excelência especializado no tratamento fissurados labiopalatais.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 362/08

SÚMULA:

Sugere a execução do calçamento em torno do Parque de Exposições Francisco Ribeiro.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a execução do calçamento em torno do Parque de Exposições Francisco Ribeiro;

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Maringá, que há muito reivindica, o calçamento em torno do Parque de Exposições Francisco Ribeiro.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3155

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja autorizada a realização de uma Sessão Solene desta Assembléia Legislativa, no dia 19/11/08 (quarta-feira), às 10h30, no Plenarinho desta Casa para a entrega do Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná para a Sra. Kaneko Ikeda, conforme determina a Lei nº 15947, de 17/09/08.

Por estar vindo ao Paraná uma delegação do Soka Gakkai Internacional, para as comemorações do “Dia Dr. Daisaku Ikeda” em Sessão a ser realizada no dia 13 de novembro, o propósito é aproveitar essa presença para a entrega da honraria à Sra. Kaneko Ikeda que reside no Japão.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3119

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da

Sra. Ernestina Souza Jaronski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3120

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Clarice Pereira Ferreira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3121

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião Nascimento, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3122

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cláudio Viante, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3123

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nelson Madalozzo, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3124

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jair Correia dos Santos, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3125

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Pedro Tobias de Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3126

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Eufrida Bauer, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3127

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lauro Jeremias Carneiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3128

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Theodoro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3129

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Eugenia Kaladicz Baniuk, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3130

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valter Vigiano Sobrinho, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3131

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dezulina Bressiani, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3139

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da

Sra. Nilda Dalprá Betinardi, ocorrido na cidade de Colombo no dia 08/11/08.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 3154

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento, no dia 08 de novembro passado, do Sr. Uilian Moacir Schena, engenheiro pontagrossense, estimado companheiro, muito amado e respeitado por seus familiares e amigos.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3113

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Califórnia, pelo transcurso, no próximo dia 26, de seus 54 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Amauri Barrichello, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Vanderlei Augusto Pinto bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Califórnia.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que, através desta proposição queremos prestar ao município de Califórnia, por ocasião de mais um aniversário de sua emancipação política, será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da grandeza de toda a região.

Nada mais confortante para nosso espírito cívico e a nossa fé no Paraná, que saudar efusivamente a população grandiosa de Califórnia na data magna da comemoração dos seus 54 anos de emancipação política. Cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança de todos com a invencível segurança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e mulheres dão vida a administração municipal, puderam e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados por um município em permanente transformação.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associar-se às homenagens devidas ao município de Califórnia no transcurso de seus 54 anos, parabenizando a todos na data tão significativa.

Jesus nasceu uma única vez. A celebração anual do Natal é uma oportunidade que Deus nos concede para uma verdadeira festa Natalina.

Desejamos a todos que essa data seja repleta da graça de Deus e que o menino Jesus estabeleça morada na casa de cada uma de nossas famílias, tornando-as sempre com entusiasmo e esperança.

O menino Jesus nasceu para nos salvar. Ele está em nosso lar e em nossos corações, para abençoar e santificar a todos nós.

O nascimento de Jesus é a manifestação da bondade de Deus para a humanidade. Em nossa vida simples, de maneira humilde, o Senhor vem a nosso encontro. É a luz do Pai que vem iluminar a história nos orientando para uma vida nova. O amor revela-se pelo nascimento do menino Jesus, a aliança de amor é referida e abre-se para todo o caminho de acesso ao Pai.

Feliz Natal e prospero ano novo com muita saúde a todos.

REQUERIMENTO Nº 3114

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Paraíso do Norte, pelo transcurso, no próximo dia 27, de seus 53 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Sebastião Marinello, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Carlos Alberto Nizzotto bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paraíso do Norte.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 27 de novembro, o município de Paraíso do Norte estará comemorando o seu 53º aniversário de emancipação política. E, é com muita satisfação que constatamos que o município atravessa uma fase de desenvolvimento significativo.

A certeza de dias melhores aliado a tudo o que o povo já conquistou com trabalho e dedicação com respaldo de seus representantes, bem como a colaboração de toda a comunidade, satisfatoriamente se transformará em realidade.

É possível sentir e viver hoje a transformação de Paraíso do Norte, com seu crescimento, com seus administradores preocupados e compromissados com as mudanças que estão a promovê-las sempre contando com apoio e a participação do seu povo, exultante de contentamento com progresso e a qualidade de vida da população eminentemente trabalhadora.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se às homenagens que serão prestadas ao município de Paraíso do Norte na significativa data de mais um aniversário de sua emancipação política.

Jesus nasceu uma única vez. A celebração anual do Natal é uma oportunidade que Deus nos concede para uma verdadeira festa Natalina.

Desejamos a todos que essa data seja repleta da graça de Deus e que o menino Jesus estabeleça morada na casa de cada uma de nossas famílias, tornando-as sempre com entusiasmo e esperança.

O menino Jesus nasceu para nos salvar. Ele está em nosso lar e em nossos corações, para abençoar e santificar a todos nós.

O nascimento de Jesus é a manifestação da bondade de Deus para a humanidade. Em nossa vida simples, de maneira humilde, o Senhor vem a nosso encontro. É a luz do Pai que vem iluminar a história nos orientando para uma vida nova. O amor revela-se pelo nascimento do menino Jesus, a aliança de amor é referida e abre-se para todo o caminho de acesso ao Pai.

Feliz Natal e prospero ano novo com muita saúde a todos.

REQUERIMENTO Nº 3115

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Loanda, pela passagem de seus 53 anos de emancipação política, no próximo dia 27.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Álvaro de Freitas Netto, Prefeito Municipal, ao Sr. Pascoal Pilotti Vice-Prefeito Municipal, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Loanda.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população de Loanda, orgulhosamente irá comemorar no próximo dia 27 novembro, seu 53º aniversário de emancipação política.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados ao povo de Loanda, é que o Sr. Prefeito, Vice-Prefeito e os Srs. Vereadores continuam dando o máximo de seus esforços para o cumprimento dos objetivos propostos.

A política é definida ora como ciência, ora como arte de governar. Não importa, entretanto, o sentido da palavra, mas sim a sua finalidade de promover o bem comum. O fundamental é que em qualquer campo, se busque o aprimoramento das relações humanas e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e feliz.

As conquistas alcançadas pelo município de Loanda, em parceria com o Governo Estadual dão provas de que é com muito trabalho e dedicação que se conseguirá o engrandecimento do município e o bem estar do seu povo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em associar-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral pelo transcurso do 53º aniversário da emancipação política de Loanda.

Estamos aguardando a chegada do menino Deus que todos os anos vem nos visitar, trazendo esperança para nossos corações. Deus Pai faz questão de nos presentear com o mais precioso dos presentes.

Nós expressamos toda a nossa gratidão através de gestos de felicidades.

Neste ano que se finda, celebramos recordações preciosas e vislumbrantes, desejando a toda a população do município de Loanda, feliz Natal e Ano Novo repleto de saúde e amor.

REQUERIMENTO Nº 3117

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de São João do Caiuá, pelo transcurso, no próximo dia 26, de seus 54 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Cláudio Pauka, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. José Carlos da Silva Maia bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São João do Caiuá.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 26, o município de São João do Caiuá estará comemorando o seu 54º aniversário de emancipação política. E, é com muita satisfação que constatamos que o município atravessa uma fase de desenvolvimento significativo.

A certeza de dias melhores aliado a tudo o que o povo já conquistou com trabalho e dedicação com respaldo de seus representantes, bem como a colaboração de toda a comunidade, satisfatoriamente se transformará em realidade.

É possível sentir e viver hoje a transformação de São João do Caiuá, com seu crescimento, com seus administradores preocupados e compromissados com as mudanças que estão a promovê-las sempre contando com apoio e a participação do seu povo, exultante de contentamento com progresso e a qualidade de vida da população eminentemente trabalhadora.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se às homenagens que serão prestadas ao município de São João do Caiuá na significativa data de mais um aniversário de sua emancipação política.

Jesus nasceu uma única vez. A celebração anual do Natal é uma oportunidade que Deus nos concede para uma verdadeira festa Natalina.

Desejamos a todos que essa data seja repleta da graça de Deus e que o menino Jesus estabeleça morada na casa de cada uma de nossas famílias, tornando-as sempre com entusiasmo e esperança.

O menino Jesus nasceu para nos salvar. Ele está em nosso lar e em nossos corações, para abençoar e santificar a todos nós.

O nascimento de Jesus é a manifestação da bondade de Deus para a humanidade. Em nossa vida simples, de maneira humilde, o Senhor vem a nosso encontro. É a luz do Pai que vem iluminar a história nos orientando para uma vida nova. O amor revela-se pelo nascimento do menino Jesus, a aliança de amor é referida e abre-se para todo o caminho de acesso ao Pai.

Feliz Natal e prospero ano novo com muita saúde a todos.

REQUERIMENTO Nº 3118

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Engenheiro Beltrão, pela comemoração, no próximo dia 26 de novembro, de seus 53 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Dal Pont, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Saul Antonio Saquet bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população do município.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando da alegria de toda a população de Engenheiro Beltrão que no próximo dia 26 de novembro estará comemorando mais um aniversário de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo dos 53 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região.

Parabenizamos, portanto, através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua dando a sua importante parcela de contribuição para o completo desenvolvimento do município.

Por esta razão o Poder Legislativo do Estado do Paraná, congratula-se com a população, através deste Parlamentar certo de que continuarão na trilha do progresso.

O nascimento de Jesus Cristo, a maior celebração cristã do mundo, é comemorado em todo o planeta e exige de nós, uma profunda reflexão sobre o dia do Natal.

Além do nascimento de Jesus, o Natal é uma data que encarna uma multiplicidade enorme de simbologias. É uma festa para agregar a família, representa a esperança e a fé.

Se espelhar em Deus é prosseguir continuamente um rosário de condutas que dignificam a alma humana.

Vivemos tempos difíceis, mas superá-los é o maior ensinamento de Jesus Cristo.

Vamos todos juntos desejar o Natal e desejar um feliz ano novo com muita saúde e felicidades.

REQUERIMENTO Nº 3141

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Dra. Cristina Martins.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Dra. Cristina Martins, nutricionista formada pela Universidade Federal do Paraná, Mestre, Doutora e especialista na área de nutrição, foi professora de cursos de especialização em Londrina na UEL e na UNOPAR e professora adjunta do curso de nutrição da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Diretora Geral da NUTRO Soluções Nutritivas, que tem por missão promover produtos na área da nutrição, com excelência na qualidade, segurança e ética; e do Instituto Cristina Martins, que promove a educação através de novas tecnologias de informação e comunicação, contribuindo para a formação de uma sociedade mais saudável.

REQUERIMENTO Nº 3142

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Desembargador Francisco Luiz Macedo Júnior.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Desembargador Francisco Luiz Macedo Júnior, que assume vaga no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, como Desembargador da 6ª Câmara Cível, levando sua experiência conquistada em 22 anos de magistratura, dignificando com seu trabalho a carreira de magistrado, demonstrando seu empenho e dedicação à causa da Justiça, cumprindo com responsabilidade e honradez as suas funções jurisdicionais.

REQUERIMENTO Nº 3143

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Antonio Rubens Camilotti.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Antonio Rubens Camilotti que representa o setor madeireiro nacional e internacionalmente, através da ABIMCI - Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente, a qual preside, propiciando acesso a tecnologia, produtos e mercados, em interação com a sociedade, baseado na qualidade dos processos com representabilidade, qualificação e educação, com ética, transparência, inovação e colaboração, fortalecendo a estrutura interna das empresas e colocando-as em interação, mesmo sendo de diferentes segmentos da indústria madeireira, com diversas instituições públicas e privadas.

REQUERIMENTO Nº 3144

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos e Bens Móveis do Estado do Paraná pelos 18 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores e Bens Móveis do Estado do Paraná pelos 18 anos de fundação, que iniciou suas atividades em 13/11/90 com a missão de defender os interesses da categoria no estado do Paraná, junto aos poderes constituídos, a fim de criar as melhores condições para o crescimento e desenvolvimento de todos, harmonizando as relações entre associados, apoiando e fortalecendo a competência empresarial, criando e disseminando conhecimento para fortalecer a competitividade, oferecendo serviços de assessoria técnica e jurídica, visando a orientação e proteção dos interesses da categoria.

REQUERIMENTO Nº 3145

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Nelson Toloto.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Nelson Toloto, administrador da Santa Casa de Misericórdia de Jacarezinho, formado em Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Administração Hospitalar, conduz com eficiência e competência a Santa Casa, transformando as

dificuldades do sistema de saúde, em realizações a favor da sociedade de Jacarezinho e, como tesoureiro do Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos do Serviço de Saúde do Norte Pioneiro, empresta os seus conhecimentos aos demais estabelecimentos de saúde da região, difundindo as conquistas e realizações de sua gestão como gestor de extrema qualidade.

REQUERIMENTO Nº 3146

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Orlando Von Der Osten.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Orlando Von Der Osten, empreendedor de visão desbravadora, cultivou resultados em um empreendimento sólido e administrado com ética, atingindo 40 anos de existência, a Osten Ferragens distribui ferramental de norte a sul do país, empresa preocupada com seus colaboradores, dedica campanhas de conscientização nas mais diversas áreas, sendo um grande gerador de empregos e que dá oportunidade a novos e antigos colaboradores para crescerem juntos no mercado paranaense e nacional, demonstrando desta forma a dedicação, o profissionalismo e a ética de seu diretor.

REQUERIMENTO Nº 3147

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Sr. Alexandre Barros.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Alexandre Barros, empresário do ramo do entretenimento e das telecomunicações, que tem entre seus empreendimentos a rede de cinemas que mais cresce no Brasil atualmente, a rede Cinesystem, que está presente em vários estados e tem a sua sede em Maringá, aonde também detém os sinais de rádios FM e de televisão, promovendo desta forma, a divulgação das mais diversas áreas da cultura à população de Maringá e região.

REQUERIMENTO Nº 3148

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Juiz Fabian Schweitzer.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Juiz Fabian Schweitzer, Juiz de Direito da Infância e Juventude de Curitiba, justamente promovido ao cargo de Juiz de 2º Grau junto ao Tribunal de nosso estado, trabalha incansavelmente pelas

crianças abandonadas, proporcionando-lhes o direito fundamental de ter uma família que lhes de noções de ética e valores, empenhado e dedicado às causas da Justiça, dignifica a carreira de magistrado, cumprindo com responsabilidade e honradez as suas funções jurisdicionais.

REQUERIMENTO Nº 3149

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, a Sra. Shirlei Serrato.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Shirlei Serrato que com sua dedicação e empenho, realiza um grande trabalho junto a comunidade do bairro CIC, levando conforto e carinho aos carentes, bem como assistindo-os socialmente de forma a criar um voluntariado em torno daquela comunidade, motivando a todos e direcionando suas forças em torno do bem comum da sociedade.

REQUERIMENTO Nº 3150

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao curso de Agronomia da UFPR por seus 90 anos.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao curso de Agronomia da UFPR por seus 90 anos, que forma em média 100 profissionais por ano, dando-lhes estrutura e conhecimento de campo através da Fazenda Experimental e com aulas teóricas de alto nível, ministradas por seus professores graduados, o curso, vem ao longo destes 90 anos, formando profissionais de alto gabarito, sendo reconhecidos pela sua capacidade e conhecimento nas mais diversas áreas de atuação, tendo como seu Coordenador atualmente o professor Dr. Luiz Antonio Corrêa Lucchesi que representa nesta data comemorativa, todos aqueles que tornaram o curso de Agronomia, referência nacional.

REQUERIMENTO Nº 3151

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações, ao Instituto do Esporte Wanderley Luxemburgo.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Instituto do Esporte Wanderley Luxemburgo, criado por um dos técnicos mais vitoriosos do nosso futebol, recordista de títulos brasileiros e um dos maiores vencedores de campeonatos regionais,

eleito diversas vezes pela imprensa e pelos jogadores e melhor técnico de futebol do país e considerado um grande estrategista, formou junto com renomados e respeitados especialistas, executivos e pedagogos, um sistema de ensino inovador dentro do esporte, através de transmissões simultâneas e ao vivo, para todo território nacional, em parceria com a Universidade Castelo Branco, procura formar profissionais de qualidade com conhecimento para atuar no esporte brasileiro e mundial, com a visão de ser a melhor instituição de ensino no esporte mundial e sempre oferecer aos alunos o conhecimento dos melhores e mais consagrados profissionais do mercado.

REQUERIMENTO Nº 3108

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício à Exma. Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, DD. Secretária de Estado da Educação, e ao Ilmo. Sr. Luciano Newes, MD. Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento Educacional, solicitando a construção de uma quadra coberta no Colégio Estadual Euclides da Cunha, do município de Matelândia.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Euclides da Cunha, de Matelândia, com cerca de 1.700 alunos, não possui um local adequado para a prática de educação física e a realização de atividades esportivas, cuja obra é uma antiga reivindicação daquela comunidade estudantil.

Localizado o município em região que predomina alta temperatura, a construção da quadra pleiteada permitirá ao estabelecimento ampliar significativamente o desenvolvimento do desporto, beneficiando sobremaneira a sua clientela estudantil.

REQUERIMENTO Nº 3109

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício à Exma. Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, DD. Secretária de Estado da Educação, e ao Ilmo. Sr. Luciano Newes, MD. Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento Educacional, solicitando a construção de uma quadra coberta no Colégio Estadual Marquês de Paranaguá, do município de Vera Cruz do Oeste.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Marquês de Paranaguá, de Vera Cruz do Oeste, com cerca de 1.700 alunos, não possui um local adequado para a prática de educação física e a realização de atividades esportivas, cuja obra é uma antiga reivindicação daquela comunidade estudantil.

Localizado o município em região que predomina alta temperatura, a construção da quadra pleiteada permitirá ao estabelecimento ampliar significativamente o desenvolvimento do desporto, beneficiando sobremaneira a sua clientela estudantil.

REQUERIMENTO Nº 3140

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência, que seja estendido aos municípios de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Guarapuava, a Delegacia do Núcleo de Combate aos Ciber Crimes (NUCIBER) da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3116

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve vem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUERER o envio de pedido das seguintes informações ao Secretário da Fazenda do Estado do Paraná:

- o montante do valor de precatórios compensados administrativamente ou por via judicial, com débitos de ICMS pelo estado do Paraná nos últimos 10 anos, sejam alimentares ou não alimentares;

- descrição dos setores econômicos que estão buscando, seja em sede administrativa ou judicial a compensação de dívidas tributárias com precatórios estaduais, com os respectivos valores.

Essas informações são essenciais ao estudo do tema da reforma tributária, proposta através de mensagem encaminhada a esta Casa pelo Poder Executivo.

A compensação de débitos tributários de ICMS com precatórios expedidos pelo Poder Executivo é tema de discussão, seja no âmbito administrativo como na seara judicial e representa, em sendo aceita, causa de extinção do crédito tributário. Pois bem, o pedido que se formula tem por objetivo avaliar, de modo específico os setores que mais buscam essa forma de quitação de débitos, bem como os valores veiculados por tal prática e seus efeitos em relação aos números constantes da proposta em comento.

Por essas razões é que se espera o apoio dos demais Pares, para que seja possibilitado o desenvolvimento de função parlamentar, qual seja, discutir e fiscalizar de forma concreta.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 3132

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao

Diretor-Presidente da COPEL, Rubens Ghilardi, solicitando as seguintes informações e documentos referentes a UEG - Usina Elétrica de Gás Araucária:

1. No início do Governo Requião, foram suspensos os pagamentos feitos pela COPEL à UEG pela compra de energia. Qual foi o período de suspensão do contrato?

2. Tal suspensão foi embasada em algum parecer jurídico da PGE ou dos advogados dos quadros da COPEL?

3. Quando da construção da UEG Araucária, a COPEL fez um aporte financeiro, que foi convertido em ações, tornando-a acionista minoritária. De acordo com o contrato firmado entre eles, em 20 (vinte) anos a COPEL aumentaria progressivamente sua cota de ações passando a acionista majoritária da UEG. Procede esta informação?

4. Se a resposta for afirmativa, por que após 4 (quatro) anos da celebração do contrato de construção, o Governo do Estado comprou a UEG? Quais as razões desta compra e quais as vantagens para o estado do Paraná? Anexar documentação que demonstre tais vantagens.

5. Durante o processo de suspensão e, posteriormente, de compra da UEG, houve a participação de algum advogado que não fosse dos quadros próprios da COPEL ou da PGE?

6. Em caso afirmativo, qual escritório ou consultoria foi contratado?

7. Qual o custo de tais serviços?

8. Qual a forma de contratação? Foi feita licitação?

9. Anexar cópia do(s) contrato(s).

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 481/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica determinado que toda carteira de habilitação que vier a ser emitida pelo DETRAN/PR a partir da promulgação desta lei deverá conter impresso no verso do documento o tipo sanguíneo do titular.

Art. 2º No caso de o titular do documento não desejar que a informação de seu tipo sanguíneo seja impressa no documento de habilitação, deverá constar no documento a seguinte observação: "tipo sanguíneo não informado".

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Tem por objetivo a presente proposição facilitar o trabalho das equipes de salvamento e emergências de hospitais no que tange ao primeiro atendimento a acidentados.

Muitas vezes motoristas andam apenas com o documento de habilitação, utilizando também o mesmo como documento de identidade. Fazer com que conste nele o tipo sanguíneo fará com que o atendimento a acidentados seja mais eficiente.

PROJETO DE LEI Nº 482/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Lixo Reciclado na Escola, a funcionar nas escolas da rede pública estadual, visando a educação ambiental e a formação de cidadãos engajados na transformação das relações da sociedade com o meio ambiente.

Art. 2º O Programa Lixo Reciclado na Escola, consiste na implantação de sistema de coleta seletiva de resíduos recicláveis nas dependências da escola, sob a orientação da direção da escola, professores e demais funcionários.

§ 1º As atividades didático-pedagógicas fundamentadas na educação ambiental consistem em ações por parte dos professores, que possibilitem a compreensão do gerenciamento do programa, bem como a implementação do processo da coleta seletiva e a sua viabilidade econômica, estimulando, ainda, a apresentação de trabalhos, por parte dos alunos, envolvendo o tema.

§ 2º Caberá ainda aos professores, de forma interdisciplinar, dar ênfase à educação ambiental, podendo contar com a participação de outros órgãos do Governo e Organizações Não Governamentais.

Art. 3º O processo de coleta seletiva a que se refere esta lei, consiste na separação de materiais descartados, tais como papel, papelão, plástico, alumínio, vidro, etc. e seu armazenamento em recipientes dispostos no interior das escolas, em local de fácil acesso para sua posterior comercialização.

Parágrafo Único. Os recipientes a que se refere o *caput* deste artigo deverão ser utilizados para armazenar o lixo, de forma separada, identificados com as cores padronizadas para reciclagem, na forma abaixo:

- I - verde, para armazenamento do vidro;
- II - azul, para armazenamento de papel e papelão;
- III - vermelha, para armazenamento dos plásticos; e
- IV - amarela, para armazenamento dos aluminós.

Art. 4º Ao início de cada ano letivo, será formado um Conselho do Lixo em cada unidade escolar, com o objetivo de discutir e planejar as ações a serem desenvolvidas, e visando sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da participação no Programa.

Art. 5º Compete ao Conselho do Lixo, juntamente com a direção da escola, apresentar, semestralmente, o balanço financeiro do produto obtido com o material reciclado.

Art. 6º Caberá ainda ao Conselho do Lixo:

I - planejar e executar ações com o objetivo de recolher materiais recicláveis junto à comunidade, a qual a escola esteja instalada;

II - promover atividades didático-pedagógicas com o propósito de difundir a educação ambiental dentro e fora da escola;

III - participar e organizar, junto à comunidade, ações referentes à conservação e preservação do meio ambiente;

IV - instituir o espaço físico que será destinado ao armazenamento dos materiais recicláveis recolhidos pelos alunos, bem como os doados pela comunidade;

V - manter controle da quantidade e dos tipos de materiais recicláveis que entram no recinto escolar;

VI - organização de gincanas ecológicas inter-classes com o objetivo de ampliar a participação dos alunos na coleta de materiais recicláveis.

Art. 7º O lucro obtido com a comercialização do lixo será revertido em material didático-pedagógico, de informática e benfeitorias para a própria escola.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A criação do Programa Lixo Reciclável na Escola visa conscientizar os alunos da rede pública estadual, para a necessidade de preservação do meio ambiente, integrado à comunidade escolar: pais, alunos e profissionais de Educação, na busca do desenvolvimento sustentável ambiental.

Um dos objetivos do projeto é manter uma melhor organização do ambiente escolar, bem como obter recursos financeiros com a venda do material reciclado, e que esses recursos sejam revertidos na compra de material didático-pedagógico, informática e em benfeitorias para a própria escola.

Por esses motivos, requer o apoio dos nobres Deputados desta Casa Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 483/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a criar uma Central de Tratamento de Resíduos de Curitiba e Região Metropolitana.

Art. 2º O Poder Executivo, procederá à regulamentação da presente lei através da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Com este projeto aprovado, o problema atual do lixo em Curitiba poderá ser resolvido. O processo usado é o de compactação e, em 20 anos de terreno onde o lixo é distribuído se transformará em um parque.

Preocupação com a situação-limite que o lixo de Curitiba atravessa, o Deputado entende que somente em parceria com o Governo Estadual e os municípios da região metropolitana é que o projeto poderá ser realizado com sucesso. As razões:

1º Não existem mais terrenos na Capital, considerados próprios para servir de lixo, o que deverá ser encontrado em outra cidade da região metropolitana; e

2º O projeto em questão resolverá o problema, mas tem um custo elevado, o que exigirá a parceria para se concretizar.

O projeto prevê a criação de 150 novos empregos diretos e cerca de 300 indiretos, além de acabar com os catadores de papel que seriam automaticamente assimilados pela Central de Tratamento.

O problema do lixo, que aflige boa parte das grandes e médias cidades brasileiras, seria solucionado e é considerado como ecologicamente correto, uma vez que o terreno usado para depósito dos resíduos, é transformado, após 20 anos, em parque, a exemplo da Central de Tratamento de Bandeirantes, em São Paulo, que atualmente em fase final, já entregará à cidade paulistana um novo parque.

Informamos ainda, que o projeto prevê que 10% do lixo será transformado em combustível e usado como gerador da própria usina, e que as sobras deste gás poderão ser comercializadas para a geração de energia elétrica.

Entusiasmado com os resultados concretos atingidos em Nova Iguaçu, RJ, o Deputado já agendou para esta semana, com o Superintendente daquela Central, uma visita às instalações para conhecer *in loco* o processo total. Está é a única solução para o problema do lixo em Curitiba.

PROJETO DE LEI Nº 484/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os rótulos das embalagens de óleo comestível, comercializados no estado do Paraná, deverão conter informações claras e precisas acerca da obrigatoriedade do acondicionamento adequado do produto, após seu uso, destinando-o aos responsáveis por sua coleta, indicados por órgão competente do Poder Executivo.

Art. 2º Os fabricantes, importadores, atacadistas e os grandes varejistas, que comercializarem produtos sem a observância ao que prescreve a presente lei estarão sujeitos, após regulamentação dos procedimentos administrativos no qual se observará ampla oportunidade de defesa, à multa, suspensão ou cancelamento da inscrição estadual, sem prejuízo da apreensão da mercadoria.

§ 1º A multa de que trata o *caput* e que deverá ser revertida em partes iguais ao Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - CONFECON, será de 1 (uma) UFIR/PR por embalagem, aumentada em 50% em casos de reincidência, não podendo ultrapassar 100.000 (cem mil) UFIRs/PR.

§ 2º A suspensão da inscrição estadual ocorrerá em caso de mais de uma reincidência e permanecerá até que o inscrito demonstre possuir estoque de embalagens que atenda ao disposto no artigo 1º.

§ 3º O cancelamento da inscrição estadual se dará em caso de ocorrência de nova reincidência após levantamento da suspensão de que trata o parágrafo 2º.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Visa esta proposição obrigar a divulgação, no rótulo das embalagens de óleo comestível, comercializadas no âmbito do estado do Paraná, da informação sobre a destinação correta do produto após o seu uso.

Um dos objetivos da presente lei, é conscientizar e orientar a população quanto à necessidade de efetuar, adequadamente, a destinação final dos óleos alimentadores residuais. Enfatiza-se, assim, o aspecto da rotulagem com a pretensão de informar o consumidor sobre a importância do descarte ambientalmente correto do produto.

É bom destacar que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná é competente para editar normas que versem sobre rotulagem de embalagens de uma vez que a matéria relaciona-se com o princípio da informação, do qual se extrai o dever do fornecedor de informar adequadamente e o direito básico do consumidor à informação clara e precisa. Referido princípio é norteador da política nacional das relações de consumo e tem sua observância assegurada pelos artigos 6º, inciso III, 9º, 31 e 36 do Código de Defesa do Consumidor.

No que diz respeito a regras relativas à defesa do consumidor, dispõe o artigo 24, inciso VIII da Constituição Federal, competir à União legislar sobre normas gerais. Dentro desta competência, fora editada a Lei Federal nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor), restando, para os estados, a competência legislativa suplementar para dispor sobre o tema (artigo 24, parágrafo 2º, da Constituição Federal). Assim, à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná competente para editar que dispõem sobre a impressão, nos produtos e em suas embalagens, de informações claras e adequadas acerca dos mesmos.

No estado do Paraná:

Ao Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - CONFECON, criado pela Lei Estadual nº 14975, de 28/12/05, compete:

I - zelar pela utilização dos recursos do FECON, na consecução das metas previstas nas Leis Federais nº 8078/90 e nº 7347/85, bem como no Decreto Federal nº 2181/97;

II - aprovar e firmar convênios e contratos objetivando atender às finalidades do Fundo do Consumidor;

III - examinar e aprovar planos, programas e projetos, de forma a dar atendimento ao estabelecido no artigo 4º desta lei;

IV - promover atividades e eventos que contribuam para a informação, orientação, proteção, defesa e/ou reparação de danos causados ao consumidor, bem como à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos;

V - prestar contas aos órgãos competentes, na forma da lei.

O Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FECON criado pela Lei Estadual nº 14975, de 28/12/05, tem por finalidade a concentração de recursos destinados ao financiamento de planos, programas ou projetos que objetivem a informação, orientação, proteção, defesa e/ou reparação de danos causados ao consumidor.

Os recursos arrecadados pelo FECON, após aprovação pelo seu Conselho Gestor, serão aplicados: na defesa dos direitos básicos do consumidor; na promoção de eventos educativos e edição de material informativo; na modernização administrativa dos órgãos públicos integrantes do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor, responsáveis pela execução das políticas relativas à área; na aquisição de material permanente ou de consumo e na estruturação e instrumentalização do PROCON/PR, na reconstituição de bens lesados.

Diante disso, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa para uma tramitação célere e objetiva da presente proposta, que virá ao encontro da posição de vanguarda deste estado na elaboração de normas voltadas à preservação ambiental.

PROJETO DE LEI Nº 485/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 13953, de 16/12/02, que declarou de utilidade pública a Comunidade Hebraica Cristã, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Pesquisas e Tratamentos Humanísticos - IPTH, com sede e foro no município de Londrina.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10/11/08.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública pela Lei nº 13953, de 16/12/02, que declarou de utilidade pública a Comunidade Hebraica Cristã, tendo em vista que em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada no último dia 13 de setembro, foi aprovada a alteração da denominação da entidade, passando a denominar-se de Instituto de Pesquisas e Tratamentos Humanísticos - IPTH.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passamos ao Pequeno Expediente. Está inscrito o Deputado Douglas Fabrício, que irá falar no Pequeno Expediente e também no Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente Deputado Augustinho Zucchi, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Quero utilizar o Pequeno Expediente e conforme for o tempo também uma parte do Grande Expediente para falar de um assunto que os brasileiros gostam muito que é futebol.

Quando nasci, meu pai deu o nome de Douglas por causa de um time de futebol que é o time do Santos Futebol Clube. E eu, naturalmente convencido pelo pai, comecei a torcer pelo Santos Futebol Clube, porque, no interior as pessoas torcem pelos times ou de São Paulo ou do Sul, como o Inter, o Grêmio ou até mesmo o Caxias, e alguns torcem pelos times do Rio de Janeiro, Flamengo, Botafogo, mas eu gostaria de falar do meu time aqui da capital. Acho que meu microfone está com problema. Comecei a falar no time da capital e já veio um boicote aqui no microfone.

(Lê):

“Hoje me utilizo desta tribuna para fazer uma justa homenagem. Pretendo homenagear uma instituição que está no coração dos curitibanos e dos paranaenses de forma geral. Uma instituição que em 12 de outubro passado completou 99 anos de história e que, portanto, no próximo ano, de 2009, se comemorará o ano do seu centenário.

Estou falando, senhoras e senhores, do nosso querido Curitiba Futebol Clube.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná deve prestar uma justa homenagem ao Curitiba Foot Ball Club, que no último dia 12 de outubro completou 99 anos de história como o maior vencedor e mais tradicional instituição de futebol do estado do Paraná.

O Coritiba foi fundado no dia 12 de outubro de 1909, por jovens imigrantes alemães, e a história do clube é marcada por momentos vitoriosos e a presença constante de uma torcida que ama a instituição. Muitos clubes no Brasil podem chegar aos 100 anos, porém poucos com tantos torcedores tão fiéis e apaixonados.

Aos poucos o clube construiu sua identidade. Seu nome é uma homenagem à cidade e suas cores à bandeira do estado do Paraná. Mas não é apenas na grafia que confundimos o Coritiba com Curitiba. Seu estádio, localizado no Alto da Glória, região central da cidade, é o principal palco esportivo da cidade e um dos principais do Brasil.

O clube é um dos mais simpáticos do país. Conta com o querido Vovô como mascote e é carinhosamente chamado de Coxa. Nas arquibancadas é com o grito do apelido do clube que o torcedor move o time em busca das vitórias.

Ao longo de sua história, o clube conquistou diversos títulos estaduais, nacionais e internacionais. O seu ápice deu-se na conquista coritibana de 1985, quando foi Campeão Brasileiro de Futebol. O clube tem total hegemonia no estado e é uma das principais instituições esportivas do Brasil.

Hoje o clube segue uma estrutura profissional de gestão com planejamento estratégico estabelecido e, dentro do Projeto Vencer, procuram a excelência administrativa, reconhecimento internacional e vitórias dentro dos gramados, atuando prioritariamente nos três pilares administrativos: futebol forte, categorias de base e marketing.

Neste aniversário, o clube comemora o início de uma nova era em sua história e abre as festividades de seu centenário, que terá um ano inteiro repleto de ações.

Cem anos de história. Inúmeras conquistas. Uma imensa torcida. Um futuro como realidade. O Coritiba Foot Ball Club incorpora uma nova filosofia e dá um novo passo na sua história para se consolidar como uma das maiores forças esportivas no país do futebol.

No futebol profissional, o clube investe em novos atletas, revelados no clube ou em outras equipes, focados no rendimento dentro de campo. Dessa forma, o clube visa o seu objetivo final, que é sempre buscar a vitória e oferecer à sua torcida aquilo que ela deseja.

Paralelamente, o marketing visa uma reestruturação das estratégias comerciais na busca de credibilidade e visibilidade dos parceiros e da instituição. O envolvimento entre o clube e seus torcedores também é fortalecido, principalmente com o crescente número de novos sócios, que percebem o valor de estabelecer uma relação mais próxima com o Coritiba.

Por fim, a categoria de base é uma das mais fortes do país. A cada ano revela mais talentos para o clube e para a seleção nacional, gerando dividendos para que auxiliem o clube a manter a sua estrutura e a realizar novos investimentos. Nomes como Alex, Rafinha, Adriano, Miranda, Henrique, Pedro Ken e Keirison, todos com passagens pela Seleção Brasileira, são pratos da casa.

O objetivo desse trabalho do clube é a busca pela excelência esportiva através de uma instituição sólida no campo dos negócios, abrindo fronteiras para parceiros que tenham interesse em crescer conjuntamente, ampliando e fortalecendo suas fronteiras de abrangência de mercado.

O Coritiba atua com comprometimento financeiro e planejamento administrativo sério e competente. A nova perspectiva administrativa aliada à tradição centenária do clube e ao peso da camisa alviverde formam o cenário perfeito para a construção de um futuro de excelência dentro e fora de campo.

O futuro pertence ao Coritiba. Sendo um clube com uma torcida movida pelo amor incondicional, tendo uma tradição centenária no Brasil e sendo símbolo de Curitiba, a cidade exemplo para o mundo, o Coritiba possui uma vocação natural para se estabelecer como uma das principais forças do futebol nacional. A exigência de seu povo pela perfeição coloca o clube em um novo patamar estrutural, onde o crescimento será a consequência de um projeto amplo e estrategicamente elaborado.

Os investimentos do Coritiba são feitos em todas as frentes de mercado e as apostas na ciência do futebol e nos profissionais e especialistas em todas as áreas garantem o rendimento positivo nas áreas administrativas e esportivas.

Este cenário consolida o clube como uma força que atua em diversas frentes. Muito mais que um clube de futebol, o Coritiba entra em uma nova era administrativa e concorre com as melhores e mais qualificadas organizações do mercado, dando o suporte necessário para qualificação e desenvolvimento de todos os seus profissionais.

Com esse foco no aprimoramento pessoal e com a construção de novas estruturas, o Coritiba se nivela com o que há de melhor no mundo do futebol e garante um futuro brilhante para o clube e sua enorme torcida, fortalecendo-se administrativamente e mostrando os resultados dentro do campo de jogo.

O sucesso de nossas equipes representa o sucesso e a alegria de nossa gente.

Aproveito, ainda, para manifestar que estamos protocolando, na Sessão de hoje, um pedido especial para que realizemos no início de nosso ano legislativo de 2009 uma Sessão Especial para a comemoração do ano do centenário do Coritiba Futebol Clube, ao qual, desde já, peço o apoio das Sras. e Srs. Deputados.

Parabéns Coritiba; parabéns Coxas-Brancas; parabéns ao futebol brasileiro.”

Vamos protocolar um requerimento pedindo Sessão Especial, só que para isso vou contar com o apoio de diversos Deputados que torcem para o Coritiba, e também os que torcem para o Atlético, ou o Paraná Clube, ou qualquer outro time do Paraná. Vamos fazer essa homenagem no ano que vem para o time do Coritiba, porque está completando 100 anos.

Como eu disse, meu time de infância - nasci no interior sendo Santos Futebol Clube, mas desde a época já tinha um carinho especial pelo Coritiba e vinha de Campo Mourão para cá, às vezes, assistir algum jogo do Coritiba, principalmente quando jogava contra o Santos.

Passa a usar o horário do Grande Expediente

Vou pedir apoio para que mais Deputados que torcem pelo Coritiba possam assinar. E aqueles que não torcem para o Coritiba possam também assinar, porque é uma homenagem a um time vencedor, que é do Paraná e que representa os paranaenses de uma maneira geral quando está jogando fora do Paraná ou do Brasil, mas em especial aqueles que torcem pelo Coritiba quando está jogando um campeonato nacional.

Por isso, Sr. Presidente, vou protocolar esse requerimento logo que tenha a assinatura dos demais Deputados para fazer essa homenagem a esse grande clube paranaense. Gostaria de agradecer a atenção de todos os Deputados e antes de protocolar esse requerimento quero pegar a assinatura de todos os Deputados que queiram assinar junto comigo, para que seja uma homenagem de todos.

O Sr. Élio Rusch (DEM) (Aparte)

Ouçõ com atenção o seu pronunciamento, assim como já ouvi os pronunciamentos dos Deputados que são torcedores do Atlético, do Paraná. Mas é neste momento que temos que pensar como paranaense. E o Parlamento do Estado do Paraná deve se sentir engrandecido pelos três times que temos, infelizmente o Paraná está na segunda divisão, mas o Coritiba e o Atlético, que ontem praticamente descartou o rebaixamento. Saiu da zona de rebaixamento e tomara que continue na primeira divisão.

Então a disputa entre as torcidas sempre vai existir, mas acho que é um feito muito importante para o estado do Paraná no momento em que se unem todas as forças do estado do Paraná, as forças políticas, as forças empresariais, pessoal do turismo, da rede hoteleira, para que Curitiba possa sediar, efetivamente, uma das etapas da Copa do Mundo no ano 2014. No momento em que V. Exa. visa prestar uma homenagem ao Coritiba Foot Ball Club, aqui da capital, pelo centenário que ele vai completar no próximo ano. Acho que é importante, que a Assembléia Legislativa passa fazer as suas homenagens, independente de qual é o time do coração de cada um.

Eu como gaúcho trago do meu berço, espero que o Coritiba saia bem contra o meu time no próximo domingo, no Rio Grande do Sul, embora traga de coração aquela paixão tricolor.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Quero parabenizá-lo pela lembrança, inclusive, tenho em minhas mãos um aparte do convite do lançamento das festividades relativas ao centenário do Coritiba que acontecerão a partir desta noite e ao longo desses próximos meses em comemoração aos 100 anos de história do Coritiba Foot Ball Clube. Sem dúvida, independente de torcida, de sentimento que trazemos no coração, muito embora, eu com muita alegria sou um Coxa Branca convicto e de nascimento, sabemos que o longo da história o Coritiba se fortaleceu, a partir das suas conquistas e,

também a partir dos problemas enfrentados. Tivemos experiências extremamente doces e outras um pouco amargas, como a nossa passagem pela segunda divisão durante esses anos que já estão esquecidas na nossa memória.

Esperamos que o nosso co-irmão Atlético, não passe por essa situação, muito embora esteja bem pertinho de participar desse sofrimento e desse pesadelo.

Agora, V. Exa. faz uma bela lembrança, um clube com 100 anos de história é um clube que merece sem dúvida alguma a homenagem do povo do Paraná, independente de torcida, de paixão pelo clube, temos que reconhecer aqui a história do Coritiba. E que também, mesmo sendo torcedor como sou, ou não, como é o caso do Deputado Romanelli, que está ao meu lado, tivemos alegrias pela existência dos clubes, pelas suas histórias, pelos atletibas, pelos paratibas e por tantos jogos que aconteceram ao longo desses 100 anos. Vale sim essa lembrança. Vale sim essa homenagem desta Casa de Leis ao Coritiba pelo seu centenário, pela sua história e pelos momentos que proporcionou a todos nós paranaenses, sejamos Coxas Brancas ou não, mas que certamente em vários momentos nos aproveitamos da história e do futebol do Coritiba para desfrutarmos de momentos na nossa vida.

Parabenizo V. Exa., por essa lembrança e fica aqui também o meu abraço, o meu reconhecimento ao Coritiba Foot Ball Club.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Deputado Artagão e demais Deputados, como disse, vamos protocolar o requerimento pedindo para que no ano próximo, termos uma Sessão em homenagem a esses feitos do Coritiba. Claro que todos os clubes merecem o nosso reconhecimento, mas como de coração torcemos pelo Coritiba, vamos fazer o reconhecimento ao Coritiba. Imaginamos que com esse pronunciamento e com esse aparte de todos os Deputados, todas as pessoas que torcem pelo Coritiba sejam homenageados, em especial os dirigentes e atletas que realmente fazem o sucesso da equipe.

Os atletas que hoje estão jogando, aqueles que já jogaram e deram muitas alegrias a todos nós, mas principalmente a sua torcida. Também aos atletas que virão, que jogarão, que farão com que esse time continue sendo vencedor e sendo uma referência de sucesso, não só no Paraná, mas também no Brasil.

Era isto, Sr. Presidente, agradeço o tempo que V. Exa. me concedeu no Pequeno e Grande Expediente e agradeço a atenção de todos os Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Agradeço a V. Exa. Antes de passar ao próximo orador inscrito, tenho a honra de registrar a presença neste Plenário da D. Odila Mocellin, e especialmente do Sr. Tranquilo e D. Adjanira Guzella, que são pais da nossa querida Deputada Luciana Rafagnin, a quem que-

remos agradecer a presença e dizer do orgulho que temos em ter aqui a atuação da Deputada Luciana Rafagnin, que faz um trabalho extraordinário em favor do povo do Paraná. Parabéns pela filha que vocês têm e muito obrigado pela presença.

Ainda no Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Alguns assuntos em relação à Educação, à Comissão de Educação me trazem à tribuna nesta tarde de hoje. Na semana passada, acompanhado pela Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Luiz Fernandes Litro, estivemos em Brasília, na quarta-feira, numa audiência, às 18h30, com o Ministro da Educação, Fernando Haddad. E de todas as audiências que fizemos em Brasília, sem dúvida nenhuma esta foi a que conseguimos aprofundar mais a gravíssima questão da VIZIVALE, que aflige a 30 mil professores em todo o Paraná. O Ministro dialogou conosco por mais de uma hora.

A audiência foi muito representativa, porque estavam presentes além dos Deputados Estaduais, o Deputado Federal Ângelo Vanhoni, que marcou a audiência com o Ministro e também participou; o Deputado Serraglio também participou junto conosco, a Secretária de Educação, Yvelise; dois representantes da Secretaria de Ciência e Tecnologia, da Secretária Lygia, que por outros compromissos não pôde participar, mas mandou dois representantes, o Diretor Geral inclusive. Esteve o professor Lemos, Presidente da APP-Sindicato, o Prefeito Moacir, Prefeito de Castro, mas que é Presidente da Associação dos Municípios do Paraná; o professor Sanches, que é o Presidente da UNDIME; mais dois Prefeitos da Associação dos Municípios do Paraná, dois Diretores da VIZIVALE.

Foi uma audiência muito representativa e pudemos colocar com profundidade a grave questão social que este caso representa. Os Prefeitos dialogaram com o Ministro, mostraram a situação. Temos mais de 350 municípios no Paraná que acolheram em concursos públicos professores com certificado de conclusão do curso da VIZIVALE e que como não têm o diploma registrado, os Prefeitos estão com o risco de serem penalizados pelo Tribunal de Contas. Muitos destes professores tiveram ascensão de carreira. E o Tribunal de Contas questiona os municípios.

Nós mostramos ao Ministro que é um problema não só dos professores, que fizeram o curso de boa-fé, um curso autorizado pelo Conselho Estadual de Educação e que tinha que ser fiscalizado pelo próprio Conselho e pela SETI, na época, mas é um problema que atinge a Educação paranaense, num momento da história da Educação brasileira, em que o Governo Federal aponta como diretriz, para que até 2010 toda criança, a partir dos quatro anos, tenha acesso a Centro Municipal de Educação

Infantil. E que se estes professores perderem seu trabalho, tiverem que ser demitidos, quem vai sofrer é a Educação paranaense, são nossas crianças, porque não haverá possibilidade de substituição rápida desses professores.

A questão é muito grave. O Ministro nos ouviu. E esteve presente, também, a Secretária recém-empossada, Maria Paula Delari, da Secretaria de Ensino Superior do MEC, que acompanhou toda a reunião. Foi uma reunião com alguns momentos tensos. O Ministro questionou algumas coisas, mas esperávamos já vir com uma solução da audiência e isto não foi possível. Ficou marcada para dia 18 de novembro uma nova audiência e foi composta uma Comissão no Paraná, que será representada pela Secretária da Educação, a Dra. professora Yvelise, pela Secretária Lygia, da Ciência e Tecnologia e pelo professor Romeu, que é Presidente do Conselho Estadual.

Nesta reunião do dia 18 será iniciada a formatação de um curso complementar para os 30 mil professores, um curso gratuito pelas universidades públicas paranaenses.

Essa é a diretriz que nos pareceu mais concreta da audiência, e foi a posição do Ministro que haveria possibilidade de reconhecimento do curso, dependendo do MEC no registro dos diplomas, desde que houvesse uma complementação para esses professores. E essa comissão formada pelos dois Secretários paranaenses, mais o Presidente do Conselho Estadual e pela Secretária do Ensino Superior do MEC, Maria Paula Delari, é que vai estabelecer os parâmetros da complementação para os nossos mestres. Claro que nós esperávamos mais audiência, mas acho que pela primeira vez pudemos conversar com o Ministro longamente, ele tem uma consciência muito bem estabelecida sobre o problema grave que implica esse curso, e estamos confiantes, pedimos um pouco mais de confiança aos professores que estão nos assistindo pela televisão, nos ouvindo, que vão ter notícias pelos jornais, também pelo site, um pouco mais de paciência.

Eu estou otimista. Nós vamos chegar a uma solução definitiva para essa grave situação que aflige a Educação no nosso estado, e os professores que pagaram por esse curso, saíram de suas casas, se dedicaram. E foi muito importante a postura da Secretária Yvelise, eu quero fazer no meu pronunciamento um elogio público a ela, uma mulher de profundo conhecimento na Educação, uma militância de décadas, que percorreu o mundo, com experiências tanto na África, países da América Latina, e mais importante, a Secretária analisou o curso da VIZIVALE quando ocorreu, e ela, apesar de entender que havia algumas falhas dos coordenadores, ela reconhece, e falou ao Ministro que as apostilas são de excepcional qualidade, e isso foi muito importante, esse aval que ela deu, com alguns “senões”, ao curso, que foi muito importante esse momento da Audiência Pública que aconteceu em Brasília. Hoje não estamos sozinhos, nós Deputados do Paraná que aprovamos por unanimidade um projeto de lei, inclusive que eu assinei com o Deputado Caíto e vários outros Deputados, Deputado Caíto que também é um grande parceiro nessa luta, e os demais Deputados.

Não estamos sozinhos, hoje o Deputado Federal Ângelo Vanhoni é um companheiro, ele que marcou a Audiência, outros Deputados Federais, o próprio Senador Flávio Arns, porque é um problema sem dúvida nenhuma que aflige a todo o Paraná.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Então, peço aos professores um pouco mais de paciência, teremos outras reuniões até chegar a uma solução definitiva. Vamos ter uma reunião com a Secretária Yvelise para discutir a situação daqueles professores que fizeram concurso do estado também e já estão trabalhando e não têm o registro dos diplomas, como estamos num diálogo permanente com os Prefeitos e com o Tribunal de Contas, para que o Tribunal também dê um prazo maior para que esses Prefeitos possam regularizar a situação porque nós estamos otimistas e confiantes que esses diplomas serão registrados.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Só quero parabenizar V. Exa. pela forma como vem conduzindo esse processo, e realmente é uma questão que preocupa a todos nós Parlamentares, e principalmente os Deputados do sudoeste do Paraná porque lá é que tem o grande foco, ou seja, principalmente as pessoas do sudoeste é que fizeram esse curso e que hoje não conseguem ter esse certificado. Então, foi muito importante essa reunião que tivemos em Brasília, foi importante a representação que tivemos lá, Secretária da Educação, também, principalmente a presença do Ministro da Educação, o Fernando - que sentou numa mesa conosco, sem pressa, ficou conversando, detalhando todo o problema - e acredito Deputado Péricles que a solução vai sair dessa Comissão que foi sugerida pelo Ministro Fernando, e também muito compete ao nosso estado do Paraná como disse o Ministro.

Então, temos condições também de sentar e daqui de repente sair essa sugestão. Acredito que o vosso projeto é realmente uma das saídas para essa situação. E claro, caso contrário se não foi isso o MEC terá que nos ajudar a buscar uma solução para esse processo. Mas são cerca de 30 mil pessoas que ainda estão esperando essa decisão, e aí envolve as Prefeituras, envolve as pessoas que pagaram por esse curso. É bom destacar a presença da VIZIVALE que esteve lá interessada em resolver esse problema.

Deputado Péricles, espero, assim como acredito que todos os Parlamentares aqui, que o mais breve possível consigamos resolver essa situação. Quero parabenizar V. Exa. pela forma como vem conduzindo esse processo e esse anseio de, realmente, buscar uma solução para esse problema.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado Péricles?

(Assentimento)

Deputado Péricles, há dias, tenho acompanhado aqui sua luta constante no sentido de tornar válido esses diplomas de mais de 30 mil professores que fizeram um curso no estado do Paraná. Confesso que estava acreditando um pouco mais que o Ministro iria liberar os 30 mil diplomas e os cursos, mas, agora, ouvindo seu pronunciamento, fiquei preocupado porque V. Exa. disse que terá uma reavaliação, uma espécie de pós-graduação para as universidades, vai ter que revalidar os diplomas. Fiquei preocupado porque são 30 mil pessoas que pagaram, porque é algo que foi feito particular.

Só quero entender onde houve a má-fé de alguém. Da VIZIVALE? Quem não autorizou? Se as pessoas tiveram o direito a pagarem de boa-fé para ter esse direito, lamentamos que agora tenham que fazer, mesmo que seja de graça, mais um aperfeiçoamento. Quero entender do começo. Como se chegou a essa VIZIVALE que deu esse começo e que, hoje, o Ministro não está aceitando? Como é que eles venderam esse produto para as pessoas, sendo que o Ministro, hoje, disse que não podia ter vendido? É isso que só quero entender. O senhor pode explicar?

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Na verdade, Deputado Jocelito, o Conselho Estadual de Educação autorizou esse curso, baseado num artigo. Depois, houve uma consulta do PROCON de Foz do Iguaçu ao Conselho Nacional de Educação sobre o curso e o Conselho emitiu um parecer dizendo que não caberia ao Conselho Estadual autorizar, porque o curso não era semipresencial, era à distância, e que só quem teria autoridade para autorizar esse curso era o Conselho Nacional de Educação. Em função disso, a Universidade Federal se recusou a registrar os diplomas, que era quem participava do convênio inicial, e os Reitores das universidades estaduais do Paraná também se recusam por causa do parecer do Conselho Nacional. Em função desse conflito, precisamos do aval do Ministério da Educação.

Esse é o motivo real desse problema tão grave, que estamos lutando há mais de um ano. Outras pessoas lutaram bem antes. Apesar disso tudo, quero manifestar meu otimismo, mais uma vez. Acho que foi um patamar novo em que entramos. Acho que levamos ao Ministro a consciência profunda da gravidade do problema. Ele que deu a sugestão dessa Comissão. Hoje, estamos trabalhando com Secretários de Estado que irão a Brasília e estão empenhados na solução. Além de conversar com a Secretária Denise, pretendo, também, com os outros Deputados que quiserem participar, fazer uma audiência com o Governador Roberto Requião. Tenho certeza que essa conversa com o Governador será muito importante para a unificação do estado a favor da Educação, dos professores no Paraná.

Na seqüência, Sr. Presidente, queria apenas fazer um relatório. Tivemos uma Audiência muito boa, na sexta-feira, no plenarinho desta Casa, sobre o ICMS cultural. Participou a Secretária da Cultura, participaram também a Rosina Parchen, que é Presidente do Conselho Estadual do Patrimônio; o Dr. José La Pastina, que é Superintendente Regional do IPHAN no Paraná e representante do setor cultural; e o professor mineiro Carlos Henrique Rangel, que implantou o Projeto de ICMS e Patrimônio Cultural em Minas Gerais.

Minas Gerais é o único estado da federação que tem um projeto dessa envergadura, já funcionando desde 1995, e foi uma mostra do que é capaz de fazer um projeto que induz aos municípios a se preocuparem com seu patrimônio. Para se ter uma idéia, quando foi implantado em Minas Gerais, no primeiro ano de implantação, apenas 60 municípios se cadastraram. Hoje, praticamente todos os municípios de Minas Gerais - chega a quase 600 municípios - já estão participando do ICMS Cultural. Então, é o exemplo de como uma indução correta pode trazer à tona a questão da preservação da memória do povo, da questão cultural.

Ficamos muito animados com a audiência e estaremos apresentando um projeto de lei

Só quero dizer o seguinte: hoje pela manhã a executiva do partido se reuniu e tomou a diretriz de fazer uma luta em dimensão estadual em favor do piso salarial dos professores, porque a questão do piso salarial envolve não apenas os professores do estado. No Paraná, pela política correta do Governo Estadual, os professores recebem mais do que o piso. Mas além do salário, o piso envolve também a questão da carga horária da preparação de aulas. Isso vai ser uma revolução no Brasil inteiro, não só nos estados, mas também nos municípios brasileiros, porque além do professor receber R\$ 950 por 40 horas, ele tem o direito de 33% da carga horária para utilizar na relação com os alunos fora da sala de aula, para o seu preparo pessoal, pedagógico, preparo cultural, para melhorar a qualidade da Educação.

A Comissão de Educação da Câmara Federal já tem a diretriz de fazer passeatas em todo o Brasil para manter o piso e mobilizar os professores. E nós também estaremos fazendo isso, mobilizar, inclusive, os Vereadores, não só do nosso partido, mas todos os Vereadores que acreditam e defendem essa conquista para a Educação brasileira. Essa conquista é histórica. E que todos os Vereadores façam pronunciamentos nas Câmaras Municipais, mobilizem os professores municipais, assim como estaremos ajudando essa mobilização dos professores municipais e estaduais para que não sejamos derrotados. Essa é uma conquista histórica para a Educação brasileira, uma verdadeira revolução na Educação do país, que permite uma homogeneidade, um padrão básico de qualidade, porque mesmo o professor do município mais pobre, da mais pobre região brasileira, que é o nordeste, terá garantido esse piso com o auxílio do Governo Federal. Os municípios que não têm recursos e os estados que

não têm recursos suficientes serão complementados pelo Governo Federal, há uma disposição do Governo Federal pelo piso. Não podemos perder essa conquista histórica para a Educação brasileira.

Então, a partir de agora estaremos mobilizando, cotidianamente, fazendo assembleias dos professores municipais para garantir essa conquista para o nosso país.

O Sr. Francisco Bühner (PSDB)

Só gostaria de cumprimentar V. Exa., porque todos nós sabemos, principalmente na região de São José dos Pinhais, que muitos professores fizeram esse curso e muitos deles são funcionários de carreira do estado ou das Prefeituras. Sem dúvida nenhuma, o reconhecimento vem contribuir com um melhor salário para esses professores.

Então, quero cumprimentar V. Exa. pelo seu trabalho, porque é muito importante alguém ir à busca do reconhecimento desse curso. Isso vai atender, sem dúvida nenhuma, a Educação do estado do Paraná na evolução.

E quando se falou, e conheço muitas pessoas, como eles estudaram, não foi uma coisa assim no “oba, oba,” porque tenho alguém da minha família que fez e precisou se dedicar, precisou de tempo. E, sem dúvida nenhuma, quando se falava das apostilas que são reconhecidas, essas pessoas me falavam que foi muito puxado esse curso. Foi um curso que, realmente, teve que ser estudado para que pudessem atingir os objetivos, que seriam as provas.

Parabéns e vamos torcer que dê tudo certo na continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos visitantes, amigos da imprensa.

Nesta tarde o que me faz subir à tribuna são as ações que estão sendo desenvolvidas pela Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais desta Casa de Leis. Há duas semanas atrás, na quarta-feira, realizamos aqui uma reunião da Comissão, onde estiveram presentes o Secretário dos Transportes, o Sr. Rogério Tizzot e a engenheira Miriam, representando a Secretaria de Desenvolvimento Urbano. O motivo dessa reunião: o levantamento e a análise de obras, que estejam com problemas no estado do Paraná. Obras que tenham sido paralisadas no meio do caminho, ou obras que tenham sido executadas até o seu final, mas que tão logo tenham passado alguns dias, os problemas da má execução dessas obras tenham começado a aparecer.

Algumas denúncias começaram a aparecer na Comissão de Fiscalização. De obras executadas de asfalto e com menos de seis meses o asfalto estava deteriorado.

Obras em todas as áreas com problemas na sua execução. Empreiteiras que executam comprando produtos de menor qualidade, com preços mais baixos para tentar aumentar a sua margem de lucro e que com isso trazem problemas sérios à população e à administração do Governo do Estado e também problemas até em projetos mal desenvolvidos, que depois de licitados e contratados precisam de aditivos e que esses ainda não são suficientes para resolverem todos os problemas.

A Comissão de Fiscalização resolveu entrar nesta questão e investigar estes tipos de problemas. Se os problemas no desenvolvimento dos projetos, se estes projetos, eventualmente, estão sendo mal desenvolvidos, mal projetados e mal organizados, ou se realmente os problemas são das empreiteiras, que executam mal ou entram em um processo licitatório, oferecem uma proposta muito mais em conta, na expectativa que no futuro consigam aditivos, mas que em não conseguindo acabam abandonando as obras e com isso trazendo um prejuízo incalculável para o povo do Paraná. É justamente sobre isso que a Comissão de Fiscalização está trabalhando. É justamente nesse sentido que nós, os sete Deputados que fazem parte da Comissão, em nome desta Casa de Leis, estamos desenvolvendo nosso trabalho. Solicitamos informações às Secretarias dos Transporte, do Desenvolvimento Urbano, da Educação e de Obras.

Solicitamos também, nesta última semana, informações ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sobre a relação e o levante de obras que eles tenham com problemas. O Tribunal de Contas nos encaminhará esta relação que engloba todas as obras do estado. E as Secretarias solicitadas também já estão nos encaminhando essas informações. Estaremos avaliando e, se necessário for, a Comissão de Fiscalização lá estará *in loco*, indo às obras, sejam elas em Maringá, Londrina, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Ponta Grossa ou em cidades menores. Chamaremos os empreiteiros para que justifiquem a má execução das obras, se é que existe alguma justificativa, porque alguns podem dizer que é problema de projeto, e em sendo problema de projeto, temos que verificar onde estão as origens deste problema. Não sendo problema na execução do projeto, são sim problemas dos empreiteiros. Aí temos que identificar o motivo desses problemas e tentar solucioná-los.

Uma das soluções que apontam e se apresentam é um cadastro único, no sentido do controle desse tipo de situação. Obra mal executada, que tenha sido motivada por falha de execução por parte da empreiteira, esta empreiteira deve estar impossibilitada de prestar outros serviços ao estado. Este controle hoje não existe. É um controle informal, feito de forma individualizada pelas Secretarias.

Queremos sugerir ao Governo, que desenvolva um cadastro único de controle de execução de obras. Toda empreiteira, toda prestadora de serviço que executá-lo mal e for verificada e constatada essa irregularidade, será inserida nesse cadastro único. E somente voltará a prestar serviço ao estado uma vez esclarecido e sanado o problema.

Enfim, são nesses caminhos que estamos trabalhando e tão logo tenhamos maiores informações voltaremos a esta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o eminente Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Deputado Augustinho Zucchi, que preside esta Sessão, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Ocupo esta tribuna para externar, já após a primeira Audiência Pública que aconteceu no interior do Paraná e antes da realização das outras Audiências Públicas, antecipadamente, a minha posição contrária ao “pacoteço” fiscal que o Governo do Paraná enviou a esta Casa para ser votado pela Assembléia Legislativa e que, os Deputados da base governista insistem em chamar de reforma tributária. Não quero entrar no mérito dos valores que serão descontados em determinados tipos de mercadorias.

Ouvia atentamente dia desses um pronunciamento do Deputado Reni Pereira na tribuna desta Casa, falando sobre o benefício que os supermercados terão com essa reforma tributária, até porque estariam pagando, pelo menos alguns deles, o seu ICMS através de precatórios. Muitos deles adquiridos. Mas, não é esta a questão que faz me posicionar contra este “pacoteço” fiscal. Posiciono-me contra por uma questão de princípios. Princípios que diria são até ideológicos. Acredito em um estado menor e voltado para a Educação, para a Saúde, para a Segurança Pública. Acredito em menos impostos. Acredito que os brasileiros já estão sobrecarregados com o que pagam de tributos de taxas e impostos. Hoje, 38% do Produto Interno Bruto, ou seja, de toda riqueza gerada pela nação vai para as mãos do Governo Federal, dos Governos Estaduais e dos Governos Municipais através do pagamento de taxas, tributos e similares. Os brasileiros trabalham cinco meses por ano só para pagar aos Governos: Federal, Estadual e Municipal.

Portanto, toda reforma tributária, se assim quiserem chamar os Deputados da situação ou “pacoteço” fiscal, como dizem os Deputados da Oposição, que contenha um único aumento de tributos ou impostos, terá sempre a minha posição contrária nesta Casa. Não concordo com aumento de ICMS para energia elétrica; não concordo com aumento de ICMS nos combustíveis e não concordo com aumento de ICMS na telefonia.

Portanto, quero já deixar pública aqui, desde cedo, a minha posição. Creio serem louváveis as Audiências Públicas que a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa presidida pelo Deputado Durval Amaral vem realizando. Acho importantíssima a participação ativa dos Deputados, sei que o próprio Presidente da Assembléia tem se deslocado a alguns municípios do interior do

Paraná para participar dessas Audiências Públicas, mas quero dizer que, em que pese toda discussão que vai ser travada, desde já a minha posição é contra o aumento de impostos; contra o aumento de ICMS na energia elétrica, nos combustíveis e para a telefonia, como propõe o Governo do Paraná, mesmo que para isso tente fazer uma contrapartida com a sociedade, diminuindo os tributos de outros produtos.

Tenho certeza de que desencadeará uma onda terrível de aumento de preços que, no final das contas, irá acabar chegando no consumidor este aumento de ICMS proposto pelo Governo do Paraná.

Passa a usar o horário da Liderança do Partido PP

Por isso, Deputado Rossoni, a minha posição é contrária a essa proposta do Governo do Estado.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Ney Leprevost, inicialmente parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento e pela sua posição.

V. Exa. dizia muito bem da alta carga tributária que os brasileiros pagam. Parece-me que é a mais alta do mundo. E não só por isso. Os piores serviços públicos estão sendo oferecidos aos brasileiros. Você vai na Saúde Pública tem filas, falta de exames em todos os níveis. Se você for à Segurança está um caos. E assim poderíamos ficar um grande número de tempo aqui discutindo sobre esse assunto.

Mas além disso, nós da CCJ estamos com essas Audiências Públicas percebendo claramente que a população não quer mais saber de aumento de impostos.

Nossa posição, hoje, inclusive, vamos fazer uma discussão partidária, nós do PPS, sobre esse assunto e teremos uma decisão partidária para que possamos juntos, os Deputados do PPS nesta Casa, votar em sintonia com o que deseja a população.

Na semana passada eu usei dos microfones desta Casa para falar também que se o Governo quer baixar impostos de determinados produtos, excelente! Eu voto a favor e ajudo aqui nesta Casa.

Agora, não podemos concordar com aumento de impostos em outros produtos, não podemos imaginar isso. Por isso, se o Governo quer baixar impostos, pode fazer. E também diminuir os custos, os gastos públicos, aí facilitaria mais a vida do paranaense.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado, Deputado Douglas Fabrício. Parabenizo-o também pela postura que o senhor tem nesta Casa, sempre coerente e fazendo a sua voz ser a voz de ressonância da população de toda a região de Campo Mourão.

Obrigado pelo seu aparte.

Quero dizer, Sr. Presidente, que entendo que o caminho da Administração Pública moderna, aquilo que se espera hoje do governante é que corte gastos desnecessários, combata o desperdício, estanque a corrupção, este é o caminho para o Governo ter dinheiro.

Eu não me refiro especificamente ao Governo do Paraná. Eu não estou fulanizando a questão, até porque não me incluo dentro desta Casa no rol daqueles que têm qualquer motivo para ser contra o Governador. Não é uma questão pessoal de minha parte. É uma questão de princípios. Acredito que temos que cobrar cada vez menos imposto da população e por outro lado garantir mais eficiência.

Como é que pode se falar em um país como o Brasil em aumento de tributos quando você vê pessoas morrendo em filas de hospitais, quando você vê falta de policiamento em todos os grandes centros urbanos do país, quando você vê falta de recursos para investimentos na agricultura, falta de fomento à pequena e média empresa, quando você vê tudo isso? Aí você vir perante uma população e fazer como fez o Governo Federal recentemente, tentando reeditar o imposto do cheque com o pretexto de que iria investir esse dinheiro na Saúde da população?

Ora, dinheiro para investir na Saúde, dinheiro para investir na Educação não falta, nem para o Governo Federal, nem para o Governo Estadual, nem para os Governos Municipais, nem aqui para Curitiba, para lugar nenhum! O que precisa é saber gastar o dinheiro público, é combater o desperdício, é combater a corrupção, é gastar o dinheiro na coisa certa, é cortar gastos comissionados que são excessivos!

E aqui não se ofendam comigo os Deputados da Situação, porque não estou me referindo ao Governo do Paraná, exclusivamente, estou me referindo aos Governos de todo Brasil de modo geral, e isso vale para Governo Federal, para Governos Estaduais e para Prefeituras Municipais. Cito aqui uma rara exceção que foi o estado de Minas Gerais, onde o Governador Aécio Neves pegou o estado completamente endividado, mas teve a competência de reduzir o número de Secretarias, reduzir o número de cargos comissionados, foi buscar os melhores executivos do país para gerirem a Administração Pública de Minas Gerais e hoje Minas é um dos estados que têm a maior qualidade e eficiência na gestão pública do país.

Acredito que é essa a mentalidade que devemos buscar e por isso a minha posição desde já é frontalmente contrária a aumento de ICMS para combustíveis, para energia elétrica e para telefonia. Se quiserem aumentar o ICMS do cigarro e da bebida alcoólica, eu como Presidente da Comissão de Saúde até voto a favor. Agora, falar de aumento de impostos de energia elétrica, de telefonia e de combustíveis, sem dúvida alguma é algo que não condiz com a expectativa da população paranaense e brasileira, que está cansada de pagar uma quantia muito elevada de tributos.

O Deputado Rossoni dizia aqui que nos cinco primeiros meses do ano os brasileiros trabalham só para pagar impostos, 1/3 de toda riqueza produzida neste país vai para as mãos do Governo Federal, dos Governos Estaduais e Municipais em forma de tributos, quase 38% do PIB vai para as mãos do ente estado, seja ele federal, estadual ou municipal! Então não dá mais para termos aumento e eu considero isso inconcebível!

Uma outra questão, Deputado Augustinho Zucchi, aproveitando estes poucos minutos que me restam que eu gostaria de abordar é a questão da responsabilidade administrativa dos Prefeitos que estão deixando os seus cargos. Recentemente vimos um Prefeito, aqui na região metropolitana, simplesmente fechando as portas da Prefeitura e indo embora, depois alguns Deputados aqui intercederam e parece que o Prefeito voltou e a Prefeitura está aberta.

Vimos em Matinhos onde se elegeu o Dalmora, que é amigo inclusive do Deputado Augustinho Zucchi, mas teve também o nosso apoio, o apoio do Partido Progressista, se elegeu, empresário competente, preparado Prefeito de Matinhos. Eduardo Dalmora vai assumir em janeiro, espero que melhore Matinhos. O que eu vi semana passada? O hospital de Matinhos abandonado, nem médicos tinha mais no hospital de Matinhos, o médico que trabalhava lá deixou de receber e teve que ir trabalhar voluntariamente agora estes dias porque viu que a população não tinha quem pudesse atendê-la.

Então, mais uma situação de Prefeito que no final do mandato, me perdoe o Chiquinho, até uma pessoa que eu conheço, não tenho antipatia nenhuma pela pessoa dele, mas por favor Prefeito Chiquinho de Matinhos, não pode permitir que o hospital deixe de funcionar nestes dois meses que faltam para acabar a sua gestão!

Outra questão que vi hoje em todos os jornais, hoje na hora do almoço na televisão: Prefeitura de Guaratuba onde foi eleita a Evani Justus que espero que seja uma grande Perfeita, foi eleita também com o nosso apoio, com o apoio do Partido Progressista, lá o atual Prefeito, Miguel Jamur resolveu não pagar mais o salário dos professores municipais. Hoje pela manhã, a Prefeitura de Guaratuba estava cheia de professores municipais na sua frente, protestando, fazendo greve porque não receberam o salário do mês. Ora, não sei se esses Prefeitos gastaram demais o dinheiro público na campanha eleitoral. Se o fizeram, fizeram algo ilegal que não só fere a lei eleitoral, mas fere toda a legislação brasileira, ou se esses Prefeitos resolveram tramar uma vingança contra essas pessoas que não os elegeram.

Quero aqui nesta tribuna pedir um pouco mais de responsabilidade na Administração Pública, pouco mais de consideração e de respeito dos Prefeitos que não foram reeleitos para com os eleitores dos seus municípios. Tem pessoas que sabem perder uma eleição. Via na semana passada, na madrugada de quarta-feira assisti ao vivo o discurso do Mc Cain, que perdeu para Obama a Presidência dos Estados Unidos.

A vitória do Obama significa algo extraordinário, mesmo que ele não consiga ser um grande Presidente, espero que venha a conseguir. Só o fato de termos o primeiro Presidente negro do país mais poderoso do mundo, Presidente com sobrenome muçulmano, que veio das milícias de base, isso já é uma inspiração. A vitória do Obama é uma inspiração para toda humanidade.

Ao contrário do que pensam por aí, ele é muito bem preparado, professor de Direito Constitucional por oito anos na universidade de Chicago. Mas, me referia a ele para elogiar a elegância do Mc Cain que soube perder a eleição, reconhecer a vitória do adversário.

Isso que os Prefeitos que não venceram as eleições agora deviam fazer, saber perder, reconhecer a vitória do adversário e administrar bem o município nesses dois meses que ainda restam até a posse dos novos Prefeitos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Deputado Geraldo Cartário (PDT)

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia de ontem chegava da região de Londrina a esta cidade. Na cidade de Londrina, como sempre parei para conversar como sempre faço e como todos os políticos fazem, sempre que podem, para tomar informações do que está acontecendo em Londrina e na região, paramos no Hotel Bourbon, tomamos um cafezinho com o Dr. Roberto e daí ficamos conversando com ex-companheiros. Percebi um grande movimento no hotel. Comentaram que a cantora Ivete Sangalo estaria se apresentando na cidade. Perguntei se era esse o motivo de tanta gente, com tantos ônibus ali no hotel. Falaram que não. Aí, pensei, quando via as placas de carros de luxo, de ônibus de alto padrão, falei para mim mesmo: já sei a resposta desse movimento, é que Londrina se transformou na cidade mais falada politicamente do Brasil, quando o povo mais uma vez, vai a segunda vez votar e o voto não vale nada. Então, certamente que a curiosidade do povo do Brasil está chegando a Londrina para conhecer de perto a cidade e o fenômeno Antonio Belinati. Falaram-me que também não era isso, que o motivo era outro, era o vestibular de ontem em Londrina.

Peguei o carro e percorri outros hotéis da cidade. Em todos os hotéis, de luxo, de padrão médio, estavam lotados. Procurei na placa desses ônibus se tinha algum de Rio Negro, de Pato Branco, de Ponta Grossa, de Cascavel, da região de Curitiba, ou de Tijucas. Não existia ônibus nenhum do Paraná, eram todos de São Paulo. A cidade de Londrina recebeu milhares e milhares de paulistas, para se adaptar e integrar a universidade paga com o dinheiro do povo do paranaense.

Caíto Quintana, V. Exa. que está aqui há tantos anos, V. Exa. poderia dizer a esta Casa, quando o Governador Álvaro Dias, imbuído certamente do melhor propósito - se assim não fosse ele não era o político que é, sempre trabalhando em benefício do povo - mas pergunto: V. Exa. estava aqui nesta Casa quando foram transformadas as universidades de Londrina, de Ponta Grossa e de Maringá, em gratuidade? V. Exas. não tiveram o cuidado de pensar que no caso de Londrina e Maringá receberiam os estudantes de São Paulo?

Tinha um dos estudantes que perguntei: qual curso que o amigo vai tentar? Ele me falava: "Arquitetura". De onde o senhor é? "De Getulina".

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. vai fazer uso do horário do PDT.

(Assentimento)

Com a palavra V. Exa., por mais 10 minutos.

Passa a usar o horário da Liderança do PDT

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Perguntava ao estudante que era de Getulina, num curso de Arquitetura, por que ele não vai estudar em Lins, que é do lado e que tem uma das melhores universidades. Ele me falou: "Não, aqui é gratuito, a UEL, aqui está perto."

Deputado Caíto, no meu gabinete, não é diferente dos demais Deputados que aqui estão, recebo estudantes de Colombo, de toda a região metropolitana querendo pagar a Tuiuti, a Católica, a Curitiba, a Positivo, e eles não têm dinheiro.

Nessa região que dizem que hoje elege - eu acredito que seja um dos fatores, mas não o principal - o Governador, porque tem muito eleitor na região metropolitana, esta região metropolitana que tem 2 ou 3 milhões de habitantes, depende de quais municípios a integram, não têm uma faculdade sequer, paga com o dinheiro do povo do Paraná. Muito menos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não tem universidades.

Agora, como se resolve este problema? Aqui nesta Casa há 54 Deputados. Dos 54, tem uns 30 ou mais que são de Curitiba, que são da região metropolitana. Estes Deputados de Curitiba, o que nós podemos falar para o povo do qual nos intitulamos representantes da grande Curitiba? Somos da grande o quê? Se nós aqui, há tantos anos, não conseguimos uma faculdade, apenas.

E onde estão os trabalhadores? Estão no Paraná inteiro, certamente. Mas o filho do trabalhador, do operário, onde está? Está aqui na nossa região. Ele trabalha incansavelmente apenas para pagar a faculdade.

O Presidente Nelson Justus está chegando do seu gabinete, no plenário, Sr. Presidente, vamos estudar o problema de uma vez por todas. Por exemplo, não seria melhor, porque o Paraná está na república federativa do Brasil. Não podemos discriminar no vestibular o paulista,

ou o mato-grossense, ou outro. Temos que atender, como um todo. Mas, podemos fazer igual a Santa Catarina, que na prova do vestibular, sai a exigência de conhecimentos gerais do estado de Santa Catarina e da região sul.

No nosso vestibular, no Paraná, não se fala nada. Se tiver lá uma pergunta, onde nasce o rio Igarapê ou o rio Tibagi, ninguém sabe. Porque não precisa estudar a história do Paraná para passar no vestibular, porque na hora o vestibular a ser executado, se contrata uma empresa de São Paulo. Os paulistas chegaram ali de Mercedes, de carros bons, tudo numa boa, e sinceramente!

Qual a outra solução? O Senador Álvaro Dias, quando Governador, implantou a isenção. Eu pergunto: será que esta Casa não poderia reestudar o problema e pedir ao Governador Roberto Requião que cobre das universidades e que tenha uma bolsa de estudos para os paranaenses, aqueles que realmente não possam pagar? Uma bolsa de estudo, com o dinheiro que se gasta hoje, imagine o tamanho do volume de dinheiro para conceder bolsas de estudos aos paranaenses, inclusive aos paranaenses da região sul, da região metropolitana, que poderiam estudar na Católica, na Tuiuti, etc.

Será que temos a coragem de implantar a cobrança? Ou então, vamos todos nós, Deputados, exigir do Governo Federal uma posição como os outros estados do Brasil fizeram, exigir do Presidente Lula, exigir dos outros Presidentes mais universidades?

Não adianta falar que tem universidade em Cornélio, isto é aquilo. Universidade tem que ser completa, com todos os seus cursos. Não adianta, paliativamente, criar uma faculdade, isoladamente, e dizer que é uma Federal. Isto não existe.

Quantas universidades tem o Rio Grande do Sul, Deputado Péricles, V. Exa. que foi catedrático no assunto? Quantas universidades federais tem Minas Gerais, São Paulo, a Bahia? E quantas tem o Paraná? E há quantos anos tem a Universidade Federal do Paraná? Qual era a população de Curitiba, do Paraná e da região metropolitana quando se criou? Essas perguntas que nós queremos receber. Então, gostaria que essa Casa nomeasse uma Comissão a sério e levássemos a sério para podermos não fechar as cortinas, porque as cortinas se abriram ontem em Londrina, vão se abrir em Maringá, se abre em Ponta Grossa.

O Sr. Edgar Bueno (PDT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Cartário, com alegria que eu faço esse aparte. Quero parabenizá-lo e trazer alguns assuntos importantes, discussão importante para essa Casa, e esse realmente é um assunto relevante. V. Exa. fala do fenômeno Belinati em Londrina, eu incluo aqui o fenômeno Barack Obama nos Estados Unidos, e são os fenômenos. Mas, um dos grandes assuntos que V. Exa. está trazendo, e de grande importância para o Paraná, para esta Casa, para o Governo, é com referência as universidades, muita

demagogia, muita média, e está na hora de se discutir verdadeiramente como V. Exa. está colocando, com seriedade, com definição, com propostas.

Vejo lá em Cascavel temos seis faculdades particulares e uma pública, o senhor vai na pública nós temos lá aqueles carrões, BMW, enfim, os melhores carros estão lá na pública sem pagar absolutamente nada, e os pobresinhos, aquele que a mãe tem que tirar o pão da sua própria boca para sustentar um filho, para sustentar uma filha lá na faculdade paga, a peso de ouro, esses não têm nem um benefício do Governo.

No primeiro mandato eu tentei dar uma regulamentada nisso, dizendo que as pessoas para entrar na faculdade paga pelo povo paranaense tinha que morar no mínimo um determinado tempo no Paraná. E eu percebi quando fiz uma pesquisa lá em Londrina com os melhores cursos, Medicina, Odontologia, Engenharia, 92% eram ocupadas principalmente pelos paulistas que se formavam com o nosso dinheiro, na nossa universidade, com o suor do povo paranaense e no outro dia virava as costas e ia embora em detrimento do sacrifício do povo paranaense.

Então, precisamos realmente pensar nisso, temos que tomar uma posição energética para poder resolver esse problema. E abrir mais faculdades, principalmente federal, só temos uma no Paraná, que vergonha, quando no Rio Grande do Sul tem quase 10, Minas tem mais de 10, São Paulo nem se fala, e o Paraná há quantos anos vem sofrendo com apenas uma universidade federal.

Gostaria de travar uma discussão mais aprofundada com referência a esse assunto porque isso interessa e isso realmente é uma boa proposta, uma proposta séria de V. Exa. para ser analisada pelas autoridades do Paraná.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT)

Deputado Edgar Bueno agradeço o aparte.

Lamento Deputado Romanelli, mas esse assunto, certamente V. Exa. que é de Curitiba e que hoje está no Paraná inteiro politicamente, o Deputado Péricles que já foi Reitor da Universidade de Ponta Grossa, a todos, esse assunto, espero que o Presidente dessa Casa que é a pessoa certa para o momento certo, que esta Casa feche a questão de não aceitar por parte do Governador alguma solução que não seja de amparar o estudante mais pobre desse estado. Não podemos aceitar que o Presidente Lula continue a seguir os passos dos Presidentes que ele sucedeu, a discriminar o nosso estado. Com todo o respeito a memória de Ney Braga, mas mesmo o Ney Braga faltou com o Paraná. Essa questão eu faço questão de abraçar, e certamente eu conto com a Deputada Rosane de Araucária e de todos da região metropolitana e de todos do Paraná, vamos continuar nessa luta se Deus quiser para o bem do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado a V. Exa.

Antes de passarmos ao Grande Expediente, em nome do Deputado Waldyr Pugliesi, gostaríamos de registrar a presença de Pedro Sérgio Mileski, Prefeito eleito de Marilândia do Sul. Obrigado pela presença nesta nossa Sessão de hoje à tarde.

Em nome do Deputado Francisco Bühner, quero registrar a presença do Vereador Edu, de Paranaguá e, em deferência ao Deputado Pastor Edson Praczyk, gostaríamos de anunciar a presença do Presidente Nacional dos Políticos Cristãos, Pastor Petri e, também, do Presidente do PRB em Ipirorã, Pastor Adilson. Agradecemos a presença de todos que prestigiam a nossa Sessão, na tarde de hoje.

Grande Expediente:

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto, por 15 minutos.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, gostaria de tratar de alguns temas que queria ter tratado na quinta-feira, mas hoje é melhor, hoje é segunda-feira, tem mais gente na Casa, é bem melhor para falar deste assunto.

Primeiro, gostaria de expressar a nossa tristeza pelo fato do Instituto Médico Legal da cidade de Ponta Grossa continuar fazendo o povo sofrer, pelo povo continuar sofrendo. O Governo anunciou que faria um concurso público, contrataria médicos legistas, funcionários, equipamentos, mas até aqui continuamos tendo que, na condição de Deputado, ser acionado para tentar liberar um corpo no Instituto Médico Legal. Não é função do Deputado ter que ir lá no IML, ter que ligar para um médico legista, ter que brigar com alguém com a intenção de liberar um corpo de um senhor que se suicidou e que está lá, há 12 horas, esperando para ser liberado.

Tenho dito aqui, e acho que as pessoas não querem ouvir, que o lugar mais triste de uma cidade é exatamente o IML. Não é o cemitério de uma cidade. O cemitério já há o conforto da família que sabe que naturalmente aquela pessoa terá que ir para lá. Agora, o IML é aquele lugar onde há tristeza, que a família é chamada às pressas para reconhecer o corpo de uma pessoa que está lá. Às vezes, um filho; às vezes, a mãe; às vezes, o pai; às vezes, algum parente; às vezes, algum amigo; e que chega lá e precisa se submeter ao rigor do serviço funerário, ao rigor do Instituto Médico Legal. A pessoa já está abalada, está naquele momento de tristeza, e aí tem que ficar 12 horas esperando a boa vontade de alguém para liberar o corpo. Quem já passou por isso sabe do quê estou falando.

Já faz pelo menos uns cinco, seis anos que venho comentando, venho chamando a atenção das autoridades para a importância de se cuidar dessa questão do IML. Infelizmente, alguém que deveria cuidar, brinca com esse

assunto que é tão sério. Eu só não desejo que um dia eles tenham que retirar alguém da família de lá ou reconhecer alguém, para ver como é difícil. Como é difícil e como sofrem as famílias. Por isso, aproveito a ocasião para pedir às autoridades competentes para que tomem as providências, porque ninguém mais suporta o que está acontecendo hoje. E não é só no IML de Ponta Grossa, mas em outros IMLs do Paraná, porque sabemos que é o mesmo rigor, é a mesma demora. Tem aquele papo furado: “É, mas no IML tem que esperar cinco horas, tem que fazer isso, fazer aquilo.” Isso quando é um pobre. Quando é uma pessoa pobre realmente demora 10 horas, 12 horas, 14 horas. Agora, quando é um bacana, o corpo é liberado em 15, 20 minutos, de acordo com o “carteiraço” de quem dá, aí não tem aquelas frescuras que para as pessoas mais simples tem.

Então, quero fazer mais uma vez esse registro, aproveitar aqui o Deputado “Lobinho”, ao lado do Deputado Ney Leprevost, essa dupla dinâmica, essa dupla especial aqui da Casa, batalhadores, jovens, que nos ajudem nessa luta.

Srs. Deputados, havia prometido a V. Exa., sou seu defensor aqui, no sentido de pedir apoio para resolver esse caso. Não estou vendo aqui o Deputado Romanelli, ele não está no plenário, eu queria falar para que ele ouvisse. Eu sempre quero ter a sua autorização para poder falar, porque agora eu batizei de “Reimanelli”, o Rei do plenário, só quando o Romanelli decide que as coisas passam aqui.

Então, queria falar com o nosso Rei, mas como ele não está, o súdito aqui vai falando.

Eu queria tocar nesse assunto que envolve os cartórios. Eu fiz, recentemente, aqui, um pedido que foi negado por este Plenário. Eu ainda não entendi o porquê, pois é um direito de cada Deputado votar como acha que deve. Infelizmente, não recebemos aquilo que queríamos, que é o direito de perguntar. Perguntar não faz mal para ninguém. Perguntar não ofende, ainda mais quando se está na condição de Deputado se tem o dever de fazer e tirar as dúvidas que temos. Mas, não tem problema, o que o Plenário não permite, o povo traz para nós, graças à TV Assembleia que nos permite que as pessoas que estão lá do outro lado acompanhando e, ao mesmo tempo, cada pessoa analisa o que cada Deputado faz aqui, qual a postura de cada Deputado. Desta forma as pessoas estão começando a ver o que cada Deputado faz nesta Casa.

Tenho recebido muitas pessoas que têm assistido à TV Assembleia, através dos sites, porque alguns Deputados colocaram também no site, e temos a oportunidade de mostrar o que acontece nesta Casa. E graças à TV Assembleia também, eu recebi aquelas informações que me foram negadas, aqui em plenário, que não passaram aqui. Eu cheguei em meu gabinete e recebi essa correspondência que chegou de forma confidencial. Quando abri a correspondência, naturalmente, fiquei até surpreso, porque lá estavam as informações que me foram negadas aqui na Casa do Povo. A Casa do Povo negou e alguém

que representa o povo, do outro lado, mandou os documentos para mim e aqui estão.

No primeiro caso, eu pedi informações sobre uma confusão no 2º Registro em Ponta Grossa, onde um cartório reassumiu o cartório em Ponta Grossa e colocou para correr a substituta. Eu queria saber o que estava acontecendo, queria saber em que cartório estava aquele cartório, já que a informação que eu tinha é que ele era detentor de três cartórios aqui no Paraná, detentor de um cartório em Ponta Grossa e dois em Curitiba, ou seja, três cartórios sob o comando de um supercartório. Eu queria só ter essas informações. E essas informações chegaram graças a um anônimo que eu não sei de onde é, se é daqui do Centro Cívico, se é vizinho, não sei, chegou até mim uma certidão do Tribunal de Justiça, muito bem feita, com data de 6 de outubro de 2008. E essa certidão diz aquilo que eu queria saber, que o cartório, na verdade, dispõe de três cartórios, esse supercartório, um em Ponta Grossa e dois em Curitiba. Agora, ele está conseguindo o quarto cartório. Ele entrou com um pedido de opção ao Tribunal de Justiça e está conseguindo o quarto cartório, que vem a ser o 3º Registro de Imóveis em Ponta Grossa, que é um negócio altamente lucrativo. Aqui está a certidão, que esta Casa me negou, dizendo que o cartório passa a ter quatro cartórios, mas que o povo, que colocou muitos dos que estão nela, me manda. Não entendo de lei, não sei se ele pode ter quatro cartórios. Não sou advogado.

Nós, políticos, não podemos ter dois cargos públicos. Tanto é que o Deputado Edgar vai se licenciar, agora, renunciar o seu mandato de Deputado para ser Prefeito. O Deputado Belinati também deve fazer isso. Então, não se pode ter dois cargos públicos. Sr. Mário, que é lá de trás, que às vezes sabe mais do que muitos advogados, conceituado neste Parlamento, acha que pode ter quatro cartórios?

A segunda informação que pedi: o que estava acontecendo nesse 2º Registro de Ponta Grossa. É uma confusão antiga, de muitos anos. Achei aqui alguma coisa oficial, que me chamou atenção. Veio também nesses documentos o voto de um Desembargador, que emitiu um voto em relação a essa confusão de Ponta Grossa. Eu não o conheço, apenas o seu nome. Perguntei aos companheiros desta Casa sobre ele e fiquei sabendo que este Desembargador, Celso de Macedo, é muito correto e justo, que ele expediu um parecer que me deixou completamente apavorado. Ele faz um voto que fala de diligências, prevaricação, que atos ilegais acontecem e devem ser investigados. Este senhor fala que um cartório não exerceu o que deveria exercer. Ele fala em nomeação, em permuta, que é proibida de pai para filho, através de um cartório para outro. O que mais me chamou a atenção desse Desembargador, que tem um conceito espetacular como Jurista, é o que ele diz aqui: “O que se vê neste processo é de estarrecer.” - voto do Desembargador. Ele finaliza dizendo: “Os fatos, sem dúvida, são relevantes e de gravidade.”

Senhores, aqui estão os documentos, aquilo que a Casa me negou, não sei o porquê. A certidão dos três cartórios, mais o quarto pretendido. Aqui está o voto, o que pensa um Desembargador - volto a dizer que não conheço - que é uma pessoa muito correta, e que dá esse parecer dizendo que é de estarrecer o que se vê no caso do 2º Cartório de Ponta Grossa.

E por último recebi uma fita que ao escutar, me chamou mais atenção ainda. Uma fita que mostra mais alguma coisa referente aos cartórios. Então, tudo isso nos deixa preocupados. E começamos a querer entender, de saber o que está acontecendo em relação a esses cartórios.

Passa a usar o horário do Bloco PTB/PR

O que mais me assustou também, é o fato de que um Deputado quando propõe aqui um pedido de informação, ele só quer saber, não está acusando ninguém. Acho que uma das funções deste Parlamento é acima de tudo buscar informações, não estamos julgando ninguém. Quando fiz o pedido, foi baseado no que determina a lei, que qualquer Deputado pode fazer pedido de informação.

E certa vez, Deputado Caíto, fiz alguns pedidos ao Tribunal de Justiça e esta Casa também não quis fazer pedido ao Tribunal, dizendo que é ruim o Poder daqui pedir para o dali, não fica bem. Acho que não há nada de errado, acho que esta é a função de um Deputado. Quando fiz esses pedidos, perdi aqui, fui até o Tribunal de Justiça como cidadão e protocolei os mesmos pedidos porque acho que a Constituição garante o direito do cidadão, de qualquer um saber a informação. E para a minha surpresa, o Presidente do Tribunal de Justiça me respondeu dizendo que iria arquivar os meus pedidos porque ele não podia a não ser que fosse via Plenário desta Casa.

Também não entendi, mas aos poucos vou compreendendo. Às vezes, por mais experiência que se tenha, por pensar que sabe tudo, não sabe nada. E, às vezes pensa que não sabe nada, mas sabe tudo.

Enfim, queria comentar sobre esses requerimentos, manifesto aqui o meu agradecimento à pessoa que mandou os documentos, que esta Casa não permitiu, não quis saber, mas está feito aqui, sabemos o que é. Sabemos que temos um super cartório no Paraná, que tem três cartórios e quer mais um. Não sei se pode ou não, é uma questão da Constituição, não sei. Deve ter alguma brecha.

E também não sei o que vai acontecer, porque vai continuar. E soubemos aqui que a briga no 2º registro de Ponta Grossa é uma briga e que tem o parecer de um cidadão chamado Desembargador, que é um dos mais conceituados desse Paraná, que é o Desembargador Celso Macedo. Quando se vê um Desembargador escrever isso, você pára para pensar o que está acontecendo neste país. Não é Jocelito, é o Desembargador que fala, escreve, assina tudo isso que recebi aqui.

Deputado Artagão, V. Exa. como Presidente da Comissão de Fiscalização lhe concedo o aparte.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Há alguns dias atrás V. Exa. subiu a essa tribuna e justamente abordou esse mesmo assunto.

Na oportunidade conversávamos e ficou entendido que V. Exa. estaria encaminhando as documentações que tinha até aquela época à Comissão de Fiscalização para que as medidas fossem tomadas.

Agora, nesta tarde, V. Exa. faz um pronunciamento extremamente delicado. É sem dúvida alguma uma questão a ser investigada. Preocupante! Também não sei avaliar se é uma situação legal ou não. Também não tenho esta informação no momento, saber se uma única pessoa pode ter um, dois, três cartórios em seu nome. Mas se legal for, moral não é. É muitas vezes assim que todos nós no mundo político somos questionados pela população. Algumas coisas, inclusive que são legais, morais não são, e por isso temos sempre que manter uma retidão em nossos caminhos.

Então, mais uma vez, como Presidente da Comissão de Fiscalização, e V. Exa. sendo membro da Comissão de Fiscalização, eu sugiro que encaminhe essa documentação recebida por V. Exa. à Comissão, para que possamos solicitar, se aprovado for pelos membros da nossa Comissão esta informação que, sem dúvida alguma, é uma informação importante a ser dada a esta Casa de Leis e a esse Deputado, Jocelito Canto, e a população do Paraná, face essas informações que V. Exa. levanta.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Deputado Artagão.

E eu me lembro que na quarta-feira temos reunião da Comissão de Fiscalização, e se o Deputado Plauto permitir, aqui tem da Situação e Oposição, como é bom o Parlamento, na última Sessão da Comissão de Fiscalização o Deputado pediu vistas ao pedido meu, exatamente sobre requerimentos ao Tribunal, pedindo, inclusive, informações do FUNREJUS.

Mas espero que quarta-feira o Deputado Plauto - já passou acho que uns oito meses - ele libere as vistas para pedirmos para a Comissão só saber o que está acontecendo. Perguntar não faz mal para ninguém.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Eminente Deputado Jocelito Canto, peço perdão por interromper o seu pronunciamento, agradeço o aparte, o senhor está tratando de um assunto importantíssimo, mas eu não poderia deixar de registrar aqui, com entusiasmo, a presença de um grande amigo seu, e meu também, que é o Prefeito eleito da nossa cidade de Piraí do Sul, nosso companheiro Toto, a quem queremos desejar uma grande gestão, e tenho certeza que tanto o Deputado Jocelito quanto eu, que tivemos a oportunidade de apoiar o Toto ao longo de sua campanha, estaremos ao seu lado ajudando-o a fazer uma grande administração pela nossa Piraí do Sul.

Obrigado, Deputado Jocelito, e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Ney, nossa saudação ao Prefeito eleito de Pirai, o Toto que está aqui, que fez uma campanha maravilhosa e que possa ser um grande Prefeito lá de Pirai do Sul.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Só quero dizer que a próxima reunião, que até então não teve mais reuniões da Comissão de Fiscalização, quando tiver uma nova, naturalmente as vistas já foram feitas, já foi analisado, estamos devolvendo para a Comissão na próxima reunião.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Quarta-feira então. Está na boca do povo, quarta-feira vamos pegar. Vou te contar, aqui no Plenário há os que seguram o requerimento ao lado do Governo e há os que seguram do lado da Oposição. É uma beleza! É tipo aquele jogo: “Olha, eu vou fazer o lançamento, você faz que vai pela ponta canhota e vai pela direita, faz o lançamento, quando eu for entrar na área eu faço que caio e aí você pede para o Juiz dar o pênalti. Daí eu bato o pênalti e é gol. E se o goleiro defender, pede para voltar.”

Mas, enfim, Sr. Presidente, queria fazer esse registro, até porque acho que é importante, mas aqui no Parlamento nem tudo se consegue. Mas acho que o mais importante é sempre deixarmos registrado. Eu deixo registrado. Fica o registro para que o Paraná, para que as pessoas acompanhem aquilo que estamos fazendo aqui. Eu não resolvo tudo. Isso é uma questão muito grande, mas eu faço a minha parte. Eu coloco aqui, chamo atenção do Paraná para essa questão, porque envolve diretamente a nossa cidade de Ponta Grossa, envolve diretamente a região, e faço essa colocação pedindo que alguma providência seja tomada. Mas se aqui ninguém tomar providência, espero que nosso Comandante, lá de cima, um dia possa tomar as providências, porque nós acreditamos muito Nele.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Passamos ao Horário das Lideranças.

No horário do PMDB, com a palavra o Deputado Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Prezado Presidente Deputado Augustinho Zucchi, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Ouvi diversos pronunciamentos nesta tarde e teve dois temas que me chamaram muito atenção. Usando o horário da Liderança do nosso partido, o PMDB, primeiro queria dizer, Deputado Cartário, V. Exa. infelizmente não pôde, por conta da exigüidade do tempo, me conceder um aparte. Mas, queria dizer a V. Exa. que apresentei aqui nessa Casa de Leis, no ano passado, um projeto de lei tentando unificar a data dos vestibulares das universidades estaduais do Paraná.

Por que fiz isso? Fiz isso porque, já faz muito tempo que eu também reconheci que o turismo estudantil que temos hoje, só favorece as famílias mais abastadas e no caso específico da UEL e da UEM os grandes beneficiados são as famílias de classe média e média alta paulistana e sul mato-grossense porque seus filhos vêm aqui disputar, de forma desigual, com os filhos das famílias paranaenses, principalmente daquelas que estudaram em escolas públicas e que ainda não estão tão qualificados quanto esses que, desde muito jovens, estudaram com métodos pedagógico inovadores.

Aí, é claro, eles vão à UEL, como fizeram nesse final de semana, depois vão à UEM, na UNIOESTE, na UEPG, na UNICENTRO ou na nossa nova Universidade do Norte do Paraná, disputado, de forma absolutamente desigual, com os nossos alunos.

Sabemos todos, não sejamos ingênuos, a Constituição garante a universalização do acesso à universidade pública, não há como restringir com qualquer lei ou outra medida, mas uma coisa é fácil e simples de ser feita: é unificar a data do vestibular. Quando no ano passado nós discutimos mais amplamente esse tema quase me colocaram numa fogueira. Por quê? Porque as reitorias das universidades, faturam recursos aproximadamente R\$ 2 milhões em cada vestibular e segundo os reitores esse é um dinheiro essencial para o funcionamento das universidades.

Para os senhores terem uma idéia nós estamos colocando R\$ 86 milhões a mais no ensino superior, não era hora de fato dos reitores abrirem mão dos recursos e fazer com que nós unificássemos a data dos vestibulares e déssemos maior oportunidade especialmente para os jovens que moram em Londrina ou na região de Londrina, por exemplo, e não tivesse esse turismo estudantil? Claro favorece o comércio, os hotéis estavam cheios, os restaurantes de Londrina também.

Mas, e nós paranaenses, povo paranaense que paga os seus impostos. Os jovens estudantes das cidades ao redor de Londrina e de outras regiões. Mas, falando de Londrina especificamente. A UEL, a universidade, é o centro de radiação do saber e a desigualdade na seleção é absolutamente forte e, principalmente, naqueles cursos mais nobres da área do conhecimento humano, são justamente esses os mais visados, pelos turistas estudantis, que claro vêm em busca de oportunidade. Mas, vêm e ficam cinco, seis anos frequentando a nossa universidade estadual. O povo paranaense paga a conta, ele termina, faz a formatura, vai embora e volta para o seu local de origem que é absolutamente legal e legítimo.

Por isso que se nós tivéssemos um único critério, que é unificar a data do vestibular, eu não tenho dúvida, aumentaríamos muitas as oportunidades dos jovens da nossa região.

Apresentei um projeto aqui tramitando nesta Casa, infelizmente há um grande lobby contrário a esse projeto de ser avançado.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

No pronunciamento do Deputado Cartário, tentei um aparte mas ele não conseguiu me dar, no mesmo momento solicitei - no pronunciamento dele - a minha assessoria que trouxesse até a mim, o vosso projeto. O Projeto de Lei de vossa autoria nº382/07.

Quero parabenizá-lo por esse projeto e dizer que sou absolutamente solidária e gostaria muito que o senhor retomasse, gostaria de poder defendê-la junto a esta Casa. Entendo, que realmente esse projeto que vai dar a possibilidade para que as pessoas com menor poder aquisitivo ingressem nas universidades públicas.

Hoje existe uma indústria, como tudo, um país capitalista, não tem como não ser, mas é uma indústria que existe na questão dos vestibulares.

Tivemos nesse final de semana o vestibular da Universidade Positivo e tivemos, na anterior, da PUC. O senhor veja, nem acabou o ano letivo dos alunos que estão cursando o terceiro ano do ensino médio. Teoricamente, ainda se está colocando matérias que cairiam no vestibular. Por que fazem tão antecipadamente? Para que possam fazer as inscrições antes da Universidade Federal, que será nós na próxima semana.

No tempo que eu fiz o meu vestibular, está certo, Deputado, que foi há muito tempo atrás, mas terminamos primeiro todo o ensino médio. Íamos para os vestibulares no mês de janeiro, tínhamos na Universidade Federal e depois nas universidades particulares. Tudo isso houve uma inversão.

Mas, voltando ao início do meu pronunciamento, quero parabenizá-lo por esse incentivo a esse projeto. Gostaria muito que pudéssemos retomar, que esta Casa retomasse o Projeto nº 382/07, de vossa autoria, e que realmente conseguíssemos unificar os vestibulares nas universidades estaduais do Paraná. É uma forma de se fazer justiça social, de fazer com que as pessoas com menos poder econômico possa ter mais condições de ingressar na universidade.

Muito obrigada.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputada Rosane Ferreira. Quero dizer a V. Exa. e quero aqui publicamente convidá-la para ser co-autora desse projeto. Gostaria que V. Exa. pudesse assinar comigo esse projeto, para ver se nós sensibilizamos os demais Parlamentares desta Casa a aprovar esse projeto, porque eu garanto: esta Casa aprova esse projeto e o Governador Requião sanciona. Porque já discuti esse projeto com ele, ele tem uma visão favorável.

Agora não tenha dúvida, o lobby dos Reitores é muito forte, mas eu, pessoalmente, estou disposto a enfrentá-los, porque recentemente eu ajudei muito a aprovar a nova reestruturação do novo Plano de Cargos e Salários dos docentes do Ensino Superior. Talvez eles pudessem abrir mão de uma pequena fatiazinha de recursos, por conta desse turismo estudantil e, certamente, daríamos mais oportunidade, especialmente, para o jovem da escola pública das regiões onde estão instaladas as universidades estaduais do Paraná.

Por isso, pretendo, sim, retomar este processo. Entendo que esta Casa poderia, de forma muito apropriada, discutir esse projeto e fazer com que possamos, efetivamente, votar esse projeto, aprovando ou reprovando. Mas, não tenho dúvidas do mérito do projeto, que ele é absolutamente importante. E vale à pena, sim, experimentar. Porque de fato este turismo estudantil só beneficia quem é mais abastado, quem tem melhores condições de poder fazer o chamado turismo estudantil.

E este mecanismo que V. Exa. acabou de relatar, estamos vendo, daqui alguns dias vão começar a fazer o vestibular do mês de janeiro, dezembro, em julho ainda. Ou seja, cada vez mais as universidades, não só as instituições públicas como também as privadas, vão estar antecipando cada vez mais a data do vestibular, por causa da competitividade do mercado que temos nesta área.

É uma discussão que devemos travar e eu estou aqui disposto e fiquei muito feliz em ouvir o pronunciamento, e queria poder tê-la, formalmente, como co-autora deste projeto, para que pudéssemos avançar.

Gostaria de falar um pouco sobre a nossa mini-reforma tributária, até desfazer as palavras que foram ditas pelo Deputado Reni Pereira. V. Exa. se lembra, foi àquela tribuna para poder dizer o quê? Que os supermercadistas pagavam com precatórios o que deveriam recolher. Eu fui ver os dados. Em 2007, por exemplo, os supermercadistas recolheram R\$ 183 milhões e 500 mil de ICMS. Ou seja, na conta gráfica, entre o saldo do débito e do crédito, o que restou pagar foi R\$ 183 milhões.

Quanto foi pago com precatório? Via judicial, é verdade, mas quanto foi pago? Oito milhões e 900 mil reais. Em 2007. Deste ano, não tenho número, mas é um número menor ainda, por conta de que está se perdendo muito no 2º grau, ou seja, na discussão do mérito do tema, está se pagando menos ainda. O número é menor ainda.

Quero dizer o seguinte: em relação à questão de que o ICMS do setor está sendo pago com precatório, não é verdade. Pontualmente, um ou outro pode ter feito esta medida. O Governador Roberto Requião, como o Presidente do Tribunal de Justiça, não tem aceitado precatórios para pagar créditos de ICMS. Por que isso? Porque fundamentalmente sabemos que o precatório é uma dívida que o estado tem com o particular. Mas, há uma fila, uma lista de prioridades de quem deve ser pago, uma ordem cronológica. E esta ordem cronológica tem que ser observada, e ao mesmo tempo, o estado não pode perder receita.

Quero desfazer já, desde logo, esta questão, porque a cada dia percebo que há uma resistência em relação ao projeto. Mas, o fato concreto é que em relação aos precatórios, recebi os números da SEFA, estou informando oficialmente estes dados, para que não reste nenhuma dúvida em relação a isto.

Em relação ao debate, o Deputado Ney Leprevost fez um discurso do chamado estado mínimo. Provavelmente ele não percebeu o que aconteceu, pelo menos no último mês, na sociedade mundial, diria desta forma, da economia mundial, ou seja, o neoliberalismo “jogou a toalha”. Nós sabemos! Se não são os Governos europeus, o Governo americano, criar mecanismos para fazer uma intervenção forte nos bancos, aqui no Brasil já estamos acostumados mesmo, ou seja, dá para ver agora inclusive que o próprio Governo do Presidente Lula, por quem eu tenho muita admiração, mas tem reconhecer que o Presidente Lula está preocupado em proteger os exportadores e os bancos nessa crise que estamos vivendo, tem que reconhecer que o esforço do Governo é nesse sentido. Eu gostaria de vê-lo mais vinculado para poder proteger o conjunto da economia. Mas, enfim, os banqueiros, de qualquer forma, sempre têm defensores, e aqui já tivemos PROER e outros planos que puderam, de fato, beneficiar os bancos. Mas o fato concreto é que temos que reconhecer que há um esforço muito grande neste momento para que possamos avançar.

Tenho conversado e recebido, Exas., muitas manifestações favoráveis à mini-reforma, não esquecendo, esse ano serão R\$ 12 bilhões que vamos arrecadar ICMS. Estamos falando de quanto, Deputado Marcelo Rangel? De 3%, apenas 400 milhões que deixarão de ser arrecadados pelo Governo e 400 milhões que serão arrecadados por conta do princípio da seletividade, majorando algumas alíquotas muito pontuais. Só estamos falando de 3% da receita total de ICMS. O fato concreto é que o que estamos pedindo e tentando construir é uma nova inovação para modificar essa relação que temos dos chamados impostos compensatórios, ou seja, o imposto compensatório é muito injusto, e ele, na verdade, acaba beneficiando determinados setores em detrimento de outros, ao contrário do princípio da seletividade que tem transparência, clareza, simplifica, objetiva, e ao mesmo tempo reduz, lá na ponta, de quem forma custo, de quem forma preço, o imposto que é um dos itens importantes do quanto que vai custar o produto na prateleira, ou seja, no supermercado, ou num balcão de uma farmácia.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, existe sim uma certa resistência aqui na Assembléia, existe também uma resistência em outros setores da nossa sociedade paranaense, mas talvez por falta de informações mais precisas, Deputado Romanelli. Eu preciso colher essas informações para fazer o juízo desse projeto, porque existe, sim,

uma preocupação com relação ao aumento da alíquota dos bens de consumo seletivo, porque qualquer cidadão sabe que se aumentar a alíquota do combustível, da gasolina e da energia, tudo sobe. Será que esse “pacotão”, esse projeto vai trocar seis por meia dúzia, ou até de repente vai acabar prejudicando o cidadão e quem vai ter que pagar o pato vai ser o povo do Paraná? Tenho certeza que teremos mais oportunidades para debater sobre esse assunto na próxima Audiência Pública que vai acontecer em Ponta Grossa na sexta-feira. Gostaria de receber essas informações, porque é um projeto extremamente polêmico porque existem alguns setores que dizem que é protecionista, e eu preciso colher todas as informações para debater aqui na Assembléia Legislativa e também nas Audiências Públicas para fazer o juízo dessa reforma entre aspas.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Olha, eu fico feliz, Deputado Rangel, porque V. Exa. está sendo cauteloso. Eu já ouvi pronunciamentos aqui que me surpreenderam por conta de se fazer uma politização de um projeto, que na minha avaliação é uma inovação importante e que tem que ser debatida pelos diversos segmentos. Entendo que V. Exa. tem razão, é o impacto na vida do cidadão. Essa é a questão que temos que analisar, ou seja, eu tenho um estudo e vou fazer questão de passar a V. Exa., que é um Parlamentar estudioso, que lê, eu sei que V. Exa. é uma pessoa que estuda, eu vou lhe passar um estudo que fiz, que trata justamente do impacto do imposto na vida das pessoas, que dá para se medir muito bem, que se houver apenas uma redução de preços de produtos que podem chegar a 7.5, mas vamos admitir que chegasse a 2.5%, já seria vantajoso para o consumidor, mas V. Exa. vai entender a lógica desse estudo pelo seu próprio conhecimento.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, estamos acompanhando o debate. É natural que tenha o molho político de um lado e de outro, mas as Audiências Públicas, que estão acontecendo nos municípios do estado do Paraná, estão dando a oportunidade de que a discussão aconteça lá onde o empresário, o industrial, o supermercadista mora, dentro das entidades representativas, dos segmentos, e lá técnicos da Secretaria, Deputados da Assembléia, representantes do Governo, do comércio e da indústria estão discutindo.

Eu pessoalmente sou radicalista contra o aumento de impostos. É uma posição do nosso partido, do Democratas, mas temos que discutir, porque tem alguns impostos que estão tendo o aumento na sua alíquota, outros que estão tendo uma diminuição em sua alíquota, e para se formar um raciocínio, uma idéia, tem que discutir e tem que ouvir para, daí sim, acredito eu, e é essa forma que pretendo fazer, para que se possa posicionar na hora de votar.

Veja bem, se diminuir a alíquota dos alimentos e se isso for repassado para as pessoas, a população vai ganhar. Na outra ponta, com o aumento da alíquota da energia elétrica, a indústria que produz vai ter um custo no seu produto na hora de fazer o processo de industrialização. Então, acho que temos que discutir. Tem bastante tempo. A idéia do Governo é ver essa votação acontecer no mês de dezembro e acho que a sociedade, os segmentos, nós políticos discutiremos e poderemos alcançar aquele ponto, formar uma opinião daquilo que é melhor para o povo do Paraná.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Plauto, e aproveito para informar a V. Exa. que o projeto em relação a essa questão do ICMS da indústria, V. Exa. sabe, para o setor industrial, ele se apropria de 100% do crédito de ICMS. Vai pagar um pouco mais na conta de energia? Vai pagar, mas ele se apropria de 100% do que ele pagou, ou seja, para ele é neutro o aumento na conta de energia elétrica. Então, só para poder lhe tranquilizar em relação a isso. É absolutamente tranquilo.

Creio que a grande resposta que tem que ser dada - V. Exa. que é do Democratas - é a seguinte: são verdadeiros os pressupostos da lógica capitalista da economia de mercado, ou seja, da competitividade. A planilha de custos é insumo, são o preço da mercadoria ou outra matéria-prima e de impostos. Diminuindo os impostos vai diminuir o produto na prateleira? O setor de varejo é um setor competitivo. Eu entendo que vai. Acho que essa é a lógica capitalista de mercado. V. Exa. é um adepto inclusive dessa teoria. Então, entendo que na verdade esta Casa aqui deve e pode fazer as Audiências. As Audiências Públicas são importantes. Temos Audiência Pública dia 14, pela manhã, em Guarapuava. Temos em Ponta Grossa, às 19h, dia 14, sexta-feira. É importante haver uma grande participação, um debate. As duas Audiências que fizemos foram muito boas. Deu para esclarecer muita coisa, deu para ouvir também.

O projeto pode ser melhorado, mas não tenho dúvida: nós paranaenses temos que inovar, porque até hoje conseguimos. Tudo que fizemos em política tributária, V. Exa. sabe, sobre o raciocínio lógico do Secretário Heron Arzua, com as definições do Governador Requião, avançamos muito na questão tributária no estado do Paraná. Já faz muitos anos que estamos fazendo escola aqui neste estado.

É isso, Sr. Presidente. Obrigado pela tolerância. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, obrigado a todos que participaram aqui deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Bloco PPS/PMN. Bloco PSB/PRB/PV.

(Declinam).

Democratas. Com a palavra o Sr. Deputado Elio Rusch.

Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Dois assuntos me fazem ocupar o horário da Liderança do nosso partido. Primeiro, Deputado Romanelli, é em relação à primeira mulher a ser eleita para presidir a Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil, ou seja, a CNA. A CNA tem prestado um relevante serviço para a agricultura do nosso país. Ela é que representa, através das Confederações dos Estados da nossa nação, ou seja, a CNA representa as 27 Confederações da Agricultura do nosso país e congrega 2.214 sindicatos patronais. Esses sindicatos estão localizados cada um no seu município e defendem, por sua vez, os interesses da agricultura do nosso país. A CNA sempre foi presidida por pessoas altamente qualificadas e sempre teve um apoio muito grande no Congresso Nacional, mais precisamente dos Deputados da Bancada Ruralista, que no momento mais crucial que atravessa a agricultura, como atravessou no passado, sempre uniram os seus esforços, o seu trabalho, para que a agricultura, através dos seus representantes, tanto no Congresso ou através das suas entidades, tivesse a sua representação e levantasse as suas vozes em defesa do setor produtivo do nosso Brasil.

A nova Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a Kátia de Abreu, que é Senadora da República que é do estado de Tocantins, é uma Senadora altamente qualificada e preparada para assumir esse cargo. Desde a época da sua existência, a CNA sempre foi presidida por homens ligados ao agronegócio, e pela primeira vez uma mulher preside essa importante Confederação que temos em nosso país.

A Kátia Abreu que é nossa amiga e companheira, e é do nosso partido, é aquela Senadora que se tornou conhecida no Brasil inteiro porque foi a Relatora do projeto que extingui a tão falada CPMF. A prorrogação da CPMF foi aprovada na Câmara dos Deputados, foi para o Senado da República. A Relatora da Comissão de Constituição e Justiça foi a Senadora Kátia Abreu, que fez um relatório com muita consistência e com dados que convenceram os integrantes da Comissão e depois convenceram também o Plenário para a derrubada da CPMF.

Ora, eu como paranaense, e não pelo fato de estar filiado ao Partido Democratas, mas como cidadão brasileiro, e como um pequeno produtor da área rural, fico feliz que a Senadora Kátia de Abreu assuma a presidência dessa importante Confederação. E junto com a Kátia, Srs. Deputados, um outro paranaense, o Presidente da FAEP do Paraná, o Sr. Ágide Meneghetti, vai ser o primeiro Vice-Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Ficamos muito felizes, primeiro, porque uma mulher vai presidir pela primeira vez, segundo porque um paranaense, o Ágide Meneghetti, e todos nós conhecemos o trabalho que ele fez, o trabalho que está

fazendo, mais recentemente o trabalho que ele fez junto com o sindicato.

Nós, aqui na Assembléia Legislativa, tivemos o apoio de diversos Parlamentares quando a COPEL quis fazer o cadastramento dos agricultores para ver se eles estavam enquadrados na tarifa rural, se as suas propriedades rurais estavam produzindo e estavam sendo usadas para fins da exploração da agricultura, ou se essas propriedades rurais estavam sendo usadas para fins de lazer. E a COPEL, infelizmente, naquela ocasião, e levantamos isso na tribuna, o Líder do Governo, Deputado Romanelli, foi sensível também diante do nosso apelo, outros Deputados também foram sensíveis, o Deputado Elton Welter, o Deputado Plauto, o Deputado Reinhold Stephanes Júnior, o Deputado Marcelo Rangel, enfim, diversos Deputados participaram com apartes no nosso pronunciamento naquela ocasião. No mesmo dia, o Governador Roberto Requião mandou cancelar o cadastramento dos agricultores.

Estou dizendo isso, porque o Ágide Meneghetti, que preside a FAEP do Estado do Paraná, tem feito uma defesa em favor da nossa agricultura, porque alguém precisa defender. Assim como o atual Presidente da atual Confederação Nacional da Agricultura, que é um ex-Deputado do município de São Paulo, presidiu também com muita propriedade a Confederação Nacional da Agricultura, tenho certeza que a Kátia Abreu, com toda a competência que ela tem, haverá de fazer um grande trabalho em favor, em defesa da agricultura do nosso país.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Deputado Elio Rusch, o senhor como um democrata, partidário, está fazendo um registro muito importante, que é a eleição da Senadora Kátia Abreu, que começou a sua vida no estado do Tocantins, participando diretamente da produção agrícola e, naturalmente, presidindo várias entidades ligadas ao segmento agropecuário naquele estado. Depois ela disputou uma eleição para Deputada Federal, foi eleita por quatro anos e esteve na Câmara dos Deputados, fazendo parte da Bancada Ruralista, por ser ela uma Parlamentar que tem origem no campo. Depois disso candidatou-se à Senadora da República, foi eleita, Relatora da CPMF, uma tarifa, um imposto que caiu, deixou de existir através do seu relatório e com o apoio de todos os Parlamentares do Senado Federal.

Agora, ela dá mais um passo importante, como Presidente da CNA - Confederação Nacional da Agricultura, que é a entidade representativa de todos os sindicatos rurais do nosso Brasil. É ela que vai representar o setor agropecuário, juntamente, com o Governo Federal, levando as suas reivindicações, parabenizando na hora em que o Governo toma boas medidas, como criticando no momento em que ele erra e penaliza o produtor rural brasileiro. É importantíssima essa participação da Senadora à frente da CNA.

Quero registrar em nome do nosso partido, do Democratas, porque ela é uma democrata, essa importante posição que ela ocupa no cenário nacional, representando, agora sim, todos os produtores do nosso Brasil.

Obrigado. Parabéns pelo seu pronunciamento, Deputado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço o Deputado Plauto pelo aparte.

Com toda certeza, o trabalho que o Presidente da CNA, Fábio de Sales Meireles, de São Paulo, que é o atual Presidente desta entidade, tenho certeza de que a Kátia Abreu, Deputado, haverá de fazer um grande trabalho. Está no site do Partido Democratas, para que todas as pessoas possam assistir e acessar, ela diz que é Oposição ao Governo Federal. Mas neste momento em que a Kátia Abreu será eleita e irá assumir a CNA, ela diz que vai fazer um trabalho voltado para o setor produtivo e para a agricultura, para que os agricultores possam ter a sua representação, através desta entidade. Politicamente, ela vai agir lá no Senado. Ela mesma diz, em um trecho que escreve, que temos que respeitar as idéias daqueles de quem discordamos, em relação ao Movimento dos Sem-Terra, da invasão das propriedades. É muito celebre e inteligente, por parte da Senadora Kátia de Abreu, quando ela diz que é Oposição ao Governo Central, mas ela vai fazer um trabalho voltado para os interesses da agricultura.

Esse é o primeiro assunto que queria abordar, e aliás era o único, mas o Deputado Líder do Governo, com todo o respeito que temos ao Romanelli, devemos discordar mais uma vez quando ele usa a tribuna e fala da reforma tributária no estado do Paraná.

Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. que esta aí no primeiro mandato, mas tem demonstrado para o estado do Paraná e principalmente aqui no Parlamento o seu conhecimento e a sua preocupação com a população do nosso estado, que representamos aqui na Casa. E essa mini-reforma tributária do Governo do Estado do Paraná, para mim ela só tem um objetivo: é arrecadar mais. Não tem outro objetivo. Quando o Deputado Romanelli e o próprio Governo do Estado diz que essa reforma tributária é para atender as classes C, D, e E, ou seja, as classes mais pobres, não podemos concordar com isso. Isso não é verdadeiro, porque o pobre também consome energia elétrica, também usa telefone, celular também. O pobre também bebe de vez em quando. Mas não vamos nem falar de bebida, de cigarro, vamos falar de coisas essenciais como a energia elétrica e a comunicação.

Esta receita, com toda certeza, vai chegar ao consumidor. Agora, desconto que se fala, a redução que vai ter nos produtos elencados na mensagem, quem diz que isso vai chegar no consumidor?

O próprio Romanelli diz que o Governo Central não tem demonstrado mecanismos que possam segurar uma eventual crise no Brasil, um controle forte. Esse mesmo controle estamos cobrando do Governo do

Estado. Qual é o controle que ele vai ter que os preços vão baixar? O Deputado Reni Pereira não está hoje, está ausente da Sessão. Motivos justificados por outros compromissos que ele tem na sua região, mas Deputado Romanelli quando o senhor diz que o Deputado Reni tinha falado sobre os precatórios, eu vi e eles foram usados, sim. Em grande quantidade ou pouca, mas alguns valores foram usados.

Aliás, por falar em precatórios, Srs. Deputados, fiz um pedido de informações aqui na Casa e recebemos a resposta do Governo do Estado. De quanto foram os precatórios que o Governo do Estado usou para fazer a compensação das dívidas das empresas com a Secretaria da Fazenda, desde o ano de 2003 até 2007? Está fora 2008. O Governo do Estado, Deputado Zucchi, usou R\$ 232.235.334,65 não corrigidos. Valores da época usados para compensação de impostos que as empresas têm com o Governo do Estado.

E aí nós questionamos, fizemos um cálculos, muito rapidamente que, desse valor, 25% são dos municípios. O que diz a Lei Complementar Federal nº 063, de 11 de janeiro de 1990? Ela diz que os estados podem usar precatórios alimentícios para compensar impostos, dívidas, que as empresas têm com o Governo do Estado.

Temos uma lei estadual que autoriza o Governador do Estado. Mas, vejam o que diz a Lei Complementar Federal, artigo 4º, parágrafo 1º: *Hipótese de ser o crédito relativo a Imposto sobre operações relativas a Circulação de Mercadorias e sobre a prestação de Serviço de transporte interestadual, intermunicipal e comunicação, extinto por compensação, a repartição estadual, no mesmo ato, efetuar o depósito, a remessa dos 25% pertencentes aos municípios, na conta de que trata esse artigo.*

O que quer dizer isso, Deputado Dobrandino? No momento em que o Governo do Estado fez a compensação da dívida, ou a compensação na quitação do ICMS ou dos tributos com precatórios, no mesmo ato ele teria que pegar, depositar os 25% que é a parte dos municípios, e ele não fez isso.

Deputado Ney Leprevost, na verdade o Governo do Estado deve para os municípios R\$ 58 milhões, que é a parte dos precatórios que ele recebeu. Aí alguém vai dizer: “Não, mas ele vai repassar esses recursos no momento em que vence o precatório.”

Ora, se o Governo do Estado quitou a dívida, quitou o imposto de determinada empresa, você pode pegar uma certidão na Secretaria da Fazenda, não tem mais débito, porque o Governo quitou o seu débito com precatório. Se ele quitou o débito, automaticamente ele teria que ter depositado os 25% no ato para os municípios, e isso soma, de 2003 a 2007, R\$ 58 milhões. Tanto é que mandamos essa correspondência, essa informação para a Associação dos Municípios do Paraná, mandamos para as outras associações, mandamos também para o Ministério Público.

Nós esperamos, Deputado Edgar Bueno, V. Exa. que vai assumir o Executivo a partir de 1º de janeiro, assim como o Professor Luizão também, mas é importante que os Prefeitos estejam conscientes, o Deputado Antonio Belinati também, é importante que os Prefeitos saibam que o Governo do Estado está se apropriando de recursos do município, porque ele quita o imposto com precatório e não repassa os 25% para o município, conforme a lei complementar federal. Aliás, na lei estadual, ele dizia o seguinte, vejam o que a lei dizia no artigo 4º, essa é uma lei aqui do Paraná: “a compensação, nos termos desta lei, de débito fiscal com precatória de natureza alimentícia, não será considerada forma de arrecadação tributária.”

Ora, como que não pode? Nós apresentamos um projeto, Srs. Deputados, aqui na Assembléia, e esse projeto foi aprovado e foi promulgado - isto é lei - esse artigo não existe mais, Deputado Cheida, ele foi excluído através de uma lei nossa aqui na Assembléia Legislativa. O Governador não sancionou, não vetou e voltou para a Assembléia e o Presidente da Casa promulgou. É lei.

Então, cada vez que o Governo do Estado vai receber um precatório para quitar a dívida e o Deputado Romanelli disse agora há pouco que foram 8, 9 milhões que foram usados este ano pelos grandes supermercados para quitar o seu ICMS, desses 8 milhões, 25% é dos municípios - 2 milhões, dos 8 são dos municípios, que têm que ser depositados rigorosamente, conforme a Lei Complementar nº 063, e tem estados que entraram na Justiça, municípios que entraram na Justiça contra o estado, ganharam e determinaram que o estado é obrigado a recolher essa parte para os municípios.

Se a AMP não tomar as medidas, se a Associação dos municípios não tomar medidas, eu vou levar isso ao conhecimento do nosso partido. Se a Associação dos Municípios não tomar uma providência em relação ao crédito que os municípios do Paraná têm com o Governo do Estado em relação a compensação dos precatórios, eu vou levar isso ao conhecimento do meu partido para ver se podemos patrocinar essa ação na Justiça, porque não é possível você quitar uma dívida e não repassar os recursos para os municípios, a quem de direito.

Seriam essas as colocações que eu gostaria de fazer na Sessão de hoje, deixar claro para os Srs. Deputados que esse projeto, deixando o precatório de lado, esse projeto da reforma tributária vai dar muita discussão ainda, já houve duas Audiências Públicas, outras duas estão marcadas para esta semana, sexta-feira de manhã em Guarapuava, conforme o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Durval Amaral, e também à tarde, por volta das 18h na cidade de Ponta Grossa.

Então, vocês de Guarapuava, de Ponta Grossa, participem dessa Audiência Pública, de todas as Audiências Públicas, mas principalmente o consumidor tem que estar consciente disso, o consumidor tem que saber que vai doer no seu bolso, todo mês o aumento de ICMS na

fatura da energia elétrica você pagará, a família, a empresa, o empresário, todos vão pagar.

Agora, a redução, essa é outra dúvida, ela vai chegar na ponta?

Vai chegar no consumidor? Esta ninguém sabe.

Por esta razão que se faz essas Audiências Públicas e conclamamos que a sociedade do Paraná, mas de uma forma muito especial consumidor, é que paga o imposto. O empresário é apenas o repassador. Muitas vezes até brincamos e enalteçemos, o Deputado Romanelli quando diz que é economia do mercado que vai regular o preço, e que ele condena tanto o capitalismo, mas é o mais novo adepto do capitalismo e do neoliberalismo, do nosso Paraná.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 356/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Mirador. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 357/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Campo Largo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 358/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Quatro Barras. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 359/08, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e à Sra. Secretária de Estado da Educação, a doação de ônibus escolar para o município de Itaperuçu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 360/08, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Diretor do DER, a execução de obras e restauração das canaletas ao longo da rodovia PR-182, no trecho do trevo Paranavaí/Nova Londrina à cidade de Loanda e na sua continuação para Santa Izabel do Ivaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 361/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a construção de uma ala especializada no tratamento fissurados labiopalatais, no Hospital Universitário de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 362/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a execução do calçamento em torno do Parque de Exposições Francisco Ribeiro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 140/08, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de utilidade pública estadual a Universidade Livre para a Eficiência Humana - UNILEHU, com sede e foro na cidade de Curitiba. **Aprovada. (Publ. no DA nº 031/08, de 09/04/08, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 231/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que institui a Semana de Prevenção do Diabetes na rede pública estadual de ensino. **(Publ. no DA nº 057/08, de 27/05/08, em Projetos de Lei).**

Aprovado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Regimentalmente não é possível, apenas para encaminhar o projeto, mas tem a palavra V. Exa.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Gostaria de parabenizar a Assembléia Legislativa e agradecer também aos nobres Deputados pela aprovação

desse Projeto nº 231/08, de grande alcance social. Um projeto que vai prevenir a doença da diabete infantil. Inclusive, ontem, na Rede Globo, no Fantástico, houve uma reportagem a respeito desse assunto e o Paraná está se antecipando com essa semana de prevenção, de técnicos, médicos e exames serão feitos nas escolas públicas, do estado do Paraná, para prevenir essa doença que acomete milhares de alunos na rede estadual de ensino.

Quero agradecer e parabenizar a Assembléia Legislativa, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 401/08, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Saúde do Oeste do Paraná - HOESP, com sede e foro no município de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/08, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóveis com o município de Apucarana. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/08, que objetiva efetuar a doação de imóvel ao município de Umuarama. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que proíbe que o Governo do Estado do Paraná, construa obras, bem como libere financiamento para tal fim, sobre malha ferroviária instalada. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. (**Publ. no DA nº 043/08, de 05/05/08, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 183/08

P A R E C E R :

A proposição sob análise, proíbe que o Governo do Estado do Paraná construa obras, bem como libere financiamento para tal fim, sobre malha ferroviária instalada.

A proposição visa preservar a malha ferroviária instalada considerando a possibilidade de utilização futura da mesma.

Destaque-se que a proposição não visa vedar a concessão de alvarás, pois esta é competência dos municípios, e especial no tocante ao uso e ocupação do solo urbano.

A proposição visa impedir que o estado construa e libere recursos para construção de obras nestes espaços.

Parece-nos que é competência da Assembléia Legislativa do Paraná deliberar sobre a matéria, pois não invade competência da união ou dos municípios.

Da mesma forma não há vedação para que a proposição seja iniciada por Parlamentar.

Encontram-se presentes os requisitos para reconhecer que a proposta não está eivada de qualquer vício a constitucionalidade.

Caberá às demais Comissões e ao Plenário analisar o mérito.

O parecer é pela tramitação da proposição, pois inexistem impedimentos legais ou constitucionais.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11/06/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 183/08

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo resguardar a malha rodoviária instalada, ainda que inativa, vislumbrando a hipótese de que as linhas férreas possam vir a ser reutilizadas.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especialmente no tocante às proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral, esta relatoria não vislumbra qualquer impedimento para a aprovação do projeto de lei.

Em assim sendo, não havendo qualquer óbice à prosperidade da proposição em tela, tendo em vista seu objetivo de vir de encontro ao interesse público, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 183/08.

Sala das Comissões, em 06/05/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero encaminhar contrário a esse projeto, embora tenha que reconhecer que a idéia, a proposta do Deputado Jocelito é muito interessante no mérito, é um projeto que tem valor do ponto de vista da sua análise. Mas, temos que reconhecer que uma lei para

poder ter eficácia, ela tem que ser válida e aqui, Sr. Presidente, embora a CCJ tenha aprovado este projeto analisando a idéia, a proposta do mérito que no reconhecimento que a retirada muitas vezes dos trilhos de um antigo leito de uma ferrovia, possibilita a ocupação para outro uso daquela região.

É verdade que grande parte da malha ferroviária que está em desuso, é aquela que corta o centro urbano de uma cidade e por isso se dá uma outra destinação àquela até porque se sabe que hoje o transporte ferroviário, até pelo porte das composições e pelo risco que provoca sempre, ambiental e social, cada vez mais se faz os contornos ferroviários, retirando da possibilidade que haja risco para as pessoas, justamente daquelas grandes composições carregadas além dos commodities dos cereais também claro especialmente com os combustíveis e outras substâncias igualmente perigosas para que possam transpor os centros urbanos.

A idéia do Deputado Jocelito está muito vinculada a cidade de Ponta Grossa, já discuti esse projeto com o Deputado Jocelito, mas em função de que nessa primeira discussão estamos discutindo a constitucionalidade, é de se reconhecer que o projeto não pode prosperar, porque aqui nesta Casa estamos discutindo, que muitas vezes há um número elevado de vetos justamente porque, nós talvez não estejamos sendo mais criteriosos na análise quando envolve a constitucionalidade do projeto.

Nesse caso específico, ou seja, embora o mérito do projeto seja a preservação da malha ferroviária, há de se reconhecer que não pode o Parlamentar legislar sobre um tema que é de absoluta competência do Poder Executivo. Ou seja, é uma usurpação de função se nós aqui aprovarmos esse projeto de lei por conta que é competência do Executivo e, especificamente temos que reconhecer que muitas vezes há uma interferência na esfera do próprio Poder Municipal, reconhecendo que o município no Brasil também tem autonomia, é uma entidade federada e nós estaríamos também entrando na competência dos municípios.

Por isso, encaminhamos pela inconstitucionalidade do presente projeto, propondo a rejeição reconhecendo que no mérito é uma idéia bem concebida, mas do ponto de vista como projeto de lei encaminhamos contrário à aprovação com o devido respeito à iniciativa do Parlamentar.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Deputado Durval Amaral, V. Exa. reconhece sua assinatura aqui? É a sua assinatura, não é? Reconhece, então Sr. Presidente, não tem o que discutir o Presidente da CCJ está aqui ele reconhece a assinatura, os demais Deputados também, há um parecer da Comissão pela constitucionalidade.

Tenho o maior respeito pelo Deputado Romanelli, até porque agora não posso nem brincar mais com ele senão ele saca da carteirinha da OAB e me dá um cartei-

raço. De questão jurídica só sou um radialista não sou nem bacharel, nem rábula como o “Seu” Mário, simplesmente acompanho o parecer da CCJ dessa Casa. O Parecer vem assinado pelo Deputado Durval Amaral, Presidente e pelo eminente Relator, Deputado Tadeu Veneri que também é um homem que conhece a Constituição, é um estudioso dessa área. Então eu fico com o parecer, como a Comissão deu o parecer favorável, não vou encaminhar o mérito, porque hoje não é dia de mérito, hoje é a questão da constitucionalidade. A Comissão de Obras também deu parecer favorável.

Então, pediria aos Deputados que vamos valorizar a Comissão de Justiça da Casa. Temos aqui, Presidente nosso, cidadão de cabelos brancos, isto deve ser a experiência, deve-se ao trabalho. Um homem estudioso, um homem que dorme com a Constituição, dia e noite, não pode ser desrespeitado. Nem ele nem os membros desta Comissão.

Por isso, apelo aos Srs. Deputados: vamos respeitar, Deputado Luiz Claudio Romanelli, os cabelos brancos do nosso querido Deputado Durval Amaral, que assinou e entendo que é favorável. E nós devemos votar o mérito. É uma questão que não posso discutir hoje. Estamos apenas falando da questão legal. Se é legal, amanhã vamos discutir o mérito. Mas, quem manda é o Plenário. Como gosto de brincar com o Deputado Luiz Claudio Romanelli, ele vem de berço esplêndido, vem de berço chique, ele é um Lorde, não sei nem dizer as palavras, mas ele vem da corte, é o Rei do plenário o “Reimanelli”. Agora ele decidiu que quer derrubar a CCJ desta Casa. Vai ser o fim da picada, se ele conseguir derrubar os cabelos brancos do Deputado Durval Amaral. Daí, confesso que acho que não mando mais projetos para a CCJ, porque teremos que mandar fechar a CCJ.

Peço aos Deputados que respeitem o parecer da Comissão de Justiça. Quem manda nesta Casa é a Comissão ou apenas um Deputado que se intitula, neste momento, o “Rei do Plenário”?

Sr. Presidente, este é meu pedido aos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Para Encaminhar**)

Rapidamente, Sr. Presidente, porque sei que os Deputados querem votar. Mas, eu solicitei que nós, a Bancada, votássemos favoravelmente ao projeto, porque tenho um exemplo concreto do que acontece quando os trilhos saem do local onde estão originalmente, como é o caso de União da Vitória, nesta região, que vem para Irati, por exemplo, quando os trilhos saíram dali, quando foram retirados pela ALL - aquela área que é uma área pública, até porque a ALL tem concessão por 20, 30 anos, passou a ser área privada, a medida que os produtores rurais que estavam no entorno da rodovia, colocaram

suas cercas naquele local onde antes era a ferrovia e simplesmente o que foi pago, o que foi indenizado passou a ser letra morta.

Neste sentido, acho que o projeto do Deputado é meritório. Mais do que isto, não estamos discutindo o mérito e sim a constitucionalidade, não invade competência da união, nem do estado.

Por isso, Srs. Deputados, quero de público manifestar meu voto favorável a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em nome da Comissão de Obras, analisamos o projeto do Deputado Jocelito Canto, foi relatado inclusive pelo Deputado Elio Rusch e não encontramos nenhum óbice. Estamos votando favoravelmente ao projeto, ele é importante. E também pedimos os votos da Bancada PPS, PMN.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

O Deputado Luiz Claudio Romanelli está intimidando os Deputados, aqui. Isto não pode num Parlamento. Tem o momento de encaminhar.

Não se pode voltar ao tempo da ditadura, Sr. Presidente! Que é isso!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Jocelito canto, acredito que não há nenhum Deputado que possa ser intimidado. Todos têm liberdade para votar.

Em votação. Os Deputados favoráveis ao projeto votarão com a expressão SIM. Os contrários com a expressão NÃO.

Está encerrada a votação...

Dezoito NÃO. Dezenove SIM. Portanto, **aprovado**, o projeto.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/08, de autoria dos Deputados Luiz Nishimori e Cida Borghetti, que denomina rodovia José Carlos de Carli, o trecho da estrada estadual PR-454, que liga Astorga à Jaguapitã, numa extensão de 21 quilômetros. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 050/08, de 13/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 200/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria dos Deputados Luiz Nishimori e Cida Borghetti, denomina rodovia José Carlos de Carli o trecho da estrada estadual PR-454, que

liga Astorga a Jaguapitã, numa extensão de 21 quilômetros.

Analisando a proposição dos nobres Deputados, verificou-se que o projeto não encontra óbice no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 095/98. Anexo encontra-se diligência baixada à Secretaria de Estado dos Transportes, informando que não há denominação ao trecho mencionado no presente projeto.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19/07/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 200/08

P A R E C E R :

Tendo o presente projeto de lei de autoria dos nobres Deputados Luiz Nishimori e Cida Borghetti, a finalidade de denomina de José Carlos de Carli o trecho da estrada estadual PR-454, que liga Astorga à Jaguapitã, numa extensão de 21 quilômetros.

Em conformidade com a justificativa anexada ao projeto de lei, os nobres Deputados objetivam homenagear um pioneiro da cidade de Astorga, falecido em data de 07/07/05. José Carlos de Carli, um homem de valor que deixa saudade eterna pelo exemplo que era em vida, pessoa destacada, respeitada e admirada em toda região de Astorga, não só pela sua capacidade empresarial e política, mas principalmente pelo caráter, o modo de ser, de sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo.

Trata-se de uma justa e merecida homenagem, e por extensão aos seus familiares e dependentes.

No que compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, de acordo com o Regimento Interno manifestamo-nos favoravelmente a aprovação do projeto de lei em análise, recomendando a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14/08/08.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei 354/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/08, que dispõe sobre o zoneamento ambiental e diretrizes para uso e ocupação

da Ilha do Mel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 096/08, de 18/08/08, em Mensagens).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 354/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre políticas ambientais, zoneamento, medidas protetivas ao meio ambiente e atuação dos órgãos e autarquias estatais na Ilha do Mel.

Fundamentação

Primeiramente cumpre ressaltar a importância do projeto de lei que visa tornar efetivo os preceitos constitucionais contidos no artigo 225 da Constituição Federal de proteção ao Meio Ambiente, no espaço compreendido como Ilha do Mel.

A despeito de a Constituição Federal estabelecer as ilhas oceânicas como bens da união, a Portaria do Ministério da Fazenda nº 160/82 cedeu ao estado do Paraná o terreno insular denominado Ilha do Mel, para fins de preservação de seu meio ambiente, conforme pode-se observar no artigo 2º da referida portaria:

Art. 2º Os terrenos a que se refere o artigo anterior destinam-se a preservação do ambiente natural e o equilíbrio ecológico; proteção da flora e fauna e dos bens tombados; reflorestamento, bem assim, para execução de plano turístico e de urbanização.

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 24, como competência concorrente entre a união, estados e Distrito Federal legislar sobre:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

O presente projeto de lei, portanto, preenche os requisitos constitucionais quanto à legitimidade para sua propositura.

Em virtude da extensão do presente projeto, analisaremos cada um de seus artigos, que, no entender da Comissão de Constituição e Justiça, mereçam considerações, no que tange aos aspectos de constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

Como princípio a ser aplicado na disciplina jurídica da Ilha do Mel, instituirá o presente projeto - em seu artigo 2º - o princípio do desenvolvimento sustentável¹, em consonância com as normas constitucionais protetivas ao ambiente² e aquelas que propugnam o desenvolvimento econômico³, de forma a conciliar a aparente colisão de princípios.

Constitucional e legal a pretensão de delegação à autarquia estadual Instituto Ambiental do Paraná (IAP), para exercer atividade administrativa, em especial poder de polícia administrativa ambiental, na forma de descentralização instituída pelo Decreto-Lei 200/67, artigo 5º, I, na forma do artigo 3º do projeto de lei ora analisado.

Ao instituir o zoneamento ambiental da Ilha do Mel, em seu artigo 7º, IV, que preleciona sobre a Área de Ocupação de População Tradicional Local (entendido como a fauna natural da região), dispõe o presente projeto que não haverá reconhecimento de direito individual de uso nesta área.

Por estar a citada área dentro da área de conservação estadual⁴, qualquer hipotética ocupação atual e futura na referida área já está, ou estará, eivado de irregularidade, em dissonância com as normas e princípios constitucionais de aplicabilidade e eficácia imediata, de proteção ao meio ambiente.

Quanto ao artigo 31 do presente projeto de lei, que dispõe:

Art. 31. Os prédios públicos e as obras públicas, tais como: escolas, postos de saúde, receptivos e outros, não estão sujeitas às restrições constantes desta lei, constantes desta lei, desde que justificada sua plena necessidade e aprovadas pelos órgãos competentes. (grifo nosso)

É absoluta a inadequação do citado artigo com o artigo 225 da Constituição Federal, que a contrário *sensu*, desincumbi o Poder Público de seguir as diretrizes do desenvolvimento sustentável, princípio delineador do presente projeto. Ora, do artigo decorre que as obrigações de proteção ambiental imposta aos particulares, não é extensível ao estado, eximindo o Poder Público de seguir as mesmas regras protetivas impostas ao particular. Serão, vejamos o texto constitucional:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

1. Entendido Desenvolvimento sustentável como "O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras." (Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) in CRUZ, Célio Rodrigues da. Fórum de Direito Urbano e Ambiental. Ano 6, nº 36. Ed. Fórum, Belo Horizonte, 2007.
2. Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 170, VI e 225.
3. Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 3º, II; 170.
4. IAP in http://www.uc.pr.gov.br/arquivos/File/Tabelas_Ucs/listageral.pdf

VII - *proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, às práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécie ou submetam os animais a crueldade.* (sem grifos no original)

Dispõe ainda, pela inconstitucionalidade do artigo 31, as próprias razões da propositura da presente lei, que na mensagem governamental, em seu quarto parágrafo preleciona que:

Este anteprojeto de lei visa, além da conservação e preservação dos aspectos naturais, a incorporação de instrumentos estratégicos para a gestão integrada da Ilha do Mel, que é fundamental para a garantia de seus valores ambientais, históricos e paisagísticos, propondo critérios para política, planos e ações de preservação ambiental baseado na sustentabilidade.

Ora, em se tratando de matéria ambiental, no que tange a proteção do mesmo e em regras para sua proteção, não há que se falar em diferenciação das regras protetivas aplicáveis aos particulares e ao Poder Público. Efetivamente, deve haver nas atividades do Poder Público, preponderância na preservação do meio ambiente, visto ser este um patrimônio comum.

Quanto à técnica legislativa, sugere-se uma emenda modificativa na alínea E, inciso IV do artigo 7º, afim de melhor adequá-la à técnica legislativa, visto a sua redação original redundar em uma negativa da negação, redigido como:

Art. 7º....

(...)

VI -...

(...)

e - Não reconhecimento de nenhum direito individual de uso.

Conclusão

Diante do acima aludido, tendo em vista a constitucionalidade do Projeto nº 354/08, esta Comissão opina pela aprovação do presente projeto de lei, com a forma da emenda a seguir relacionadas.

Sala das Comissões, em 04/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 354/08

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafos 4º e 5º, I, do Regimento Interno, fica modificada a redação do artigo 7º, IV, e, ao Projeto de Lei nº 354/08, que passa a contar com a seguinte redação:

Art. 7º...

(...)

IV-...

(...)

e - Não reconhecimento de direito individual de uso.

Sala das Comissões, em 04/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 354/08

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, parágrafos 4º e 5º, I, do Regimento Interno, fica modificada a redação do artigo 31 do Projeto de Lei nº 354/08, que passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 31. Os prédios públicos e as obras públicas, tais como: escolas, postos de saúde, receptivos e outros, não estão sujeitas às restrições constantes desta lei, no que se refere a padrões construtivos, desde que justificada a sua plena necessidade e aprovada pelos órgãos competentes.”

Sala das Comissões, em 04/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Em discussão.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse projeto é um projeto que há muito tempo a Assembléia Legislativa anseia e espera que ele venha à pauta, até porque se trata de corrigir graves omissões da legislação com relação a Ilha do Mel, regularização fundiária e uma série de questões assim. Mas, fundamentalmente ali é uma unidade de preservação, e talvez uma das mais importantes do Paraná, uma área de conflito, porque não dizer também. E estranhamente esse projeto não foi à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembléia, da qual eu sou o Presidente.

Então, quero evocar que esse projeto venha à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente porque queremos estudá-lo, queremos debater o projeto, e queremos inclusive emendá-lo se for necessário. Então, faço esse pedido antes que façamos a primeira votação até porque ele foi direto da CCJ para o Plenário, não passou pela Comissão de Finanças, não passou pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

É um pedido que faço a V. Exa. e ao Plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Eduardo, embora V. Exa. não tenha feito uma questão de ordem, mas vou levar em consideração como se fosse uma questão de ordem. Vamos votar o projeto do ponto de vista da constitucionalidade e, posteriormente vamos determinar que o projeto vá às Comissões pertinentes.

Então, o seu pedido está atendido, ele não entrará em pauta na sequência. Está em votação. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.** Solicito à assessoria da Mesa que remeta esse projeto à Comissão de Ecologia e às demais Comissões pertinentes.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que institui o Dia do Rio Paranapanema. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CEMA. (Publ. no DA nº 099/08, de 20/08/08, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 360/08

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, tem por objetivo instituir o Dia do Rio Paranapanema, a ser comemorado no dia 27 de agosto, no mesmo dia em que é comemorado no estado de São Paulo, de acordo com a Lei Estadual nº 10488/99 daquele estado.

Fundamentação

Primeiramente, verifica-se que a Constituição Federal, ciente da importância da instituição de datas comemorativas como meio de difusão da cultura nacional, autorizou sua fixação por meio de iniciativa legislativa:

Art. 215. O estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais:

(...)

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. (grifos nossos)

No que tange à iniciativa legislativa para a proposição do projeto em tela, não há nenhum óbice constitucional, uma vez que não há vedação legal e nem se trata de matéria elencada pelos artigos 66 e 87 da Constituição Estadual, como de competência privativa do Governador do Estado. A Constituição Federal, em seu artigo 25, parágrafo 1º, determina que são reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas pela própria Constituição:

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas.

Como não é vedada, conseqüentemente é autorizada pela Constituição Federal, visto que não há nenhuma disposição contrária a tal matéria, nem em âmbito constitucional e nem em âmbito infraconstitucional.

Quanto à técnica legislativa utilizada, verifica-se que o projeto de lei em questão não encontra óbice na Lei Complementar 095/98, que trata da elaboração legislativa.

Conclusão

Diante do acima exposto e tendo em vista a constitucionalidade apresentada pelo projeto de lei em análise, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16/09/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 360/08

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Eduardo Cheida, pretende instituir o Dia do Rio Paranapanema:

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a opinar, e entendendo que nada obsta ao seu prosseguimento, apresentamos parecer favorável ao prosseguimento do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 20/10/08.

(aa) OSMAR BERTOLDI - Presidente em exercício
LUIZ FERNANDES LITRO - Relator

Em discussão

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, apenas para esclarecer aos nobres Pares que esse projeto ele pretende instituir o Dia do Rio Paranapanema, o dia 27 de agosto, e por que escolhemos o dia 27 de agosto? Por que o estado de São Paulo institui uma lei estadual denominando o dia 27 de agosto como dia do Paranapanema. Isso porque houve no dia 27 de agosto, alguns anos atrás, uma luta muito grande para preservação do rio Paranapanema e, contrariamente ao senso comum, o rio Paranapanema e, contrariamente ao senso comum, o rio Paranapanema, não divide o Paraná e São Paulo, ele une os estados do Paraná e São Paulo, é uma costura diferente.

Às vezes, o ensacador, Deputado Ney Leprevost, faz uma costura com um sisal; o médico faz a costura aproximando os tecidos com o cat-gut, com o fio de cobre; a costureira com o fio de lã. Essa foi uma costura diferente, Deputado Romanelli. A natureza escolheu a água como fio para unir os tecidos de São Paulo e do território paranaense, aproximando os dois estados. Então, é justo que, se assim o é e que se nós entendermos, um rio une e não separa dois estados, que façamos do dia 27, que já é lei aprovada no estado de São Paulo, também uma lei aprovada no Paraná. Assim podemos juntos, os dois estados, termos o mesmo dia de conagração do rio Paranapanema. Apenas isso.

Então, queria pedir aos nobres Pares que pudessemos votar favoravelmente a este projeto instituindo um dia de preservação, de luta, de observação do nosso querido rio Paranapanema. Obrigado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Quero fazer coro às palavras do Deputado Luiz Eduardo Cheida, cumprimentá-lo pelo seu projeto.

O rio Paranapanema inclusive pode vir a ter uma importância turística, desde que seja feito um turismo ambientalmente correto. O potencial turístico do rio Paranapanema é muito grande. Temos ali na região de Londrina, próximo a Londrina, a cidade de Primeiro de Maio, onde está a represa de Capivara, e ali da represa da Capivara estende-se pela chamada costa norte, através do rio Paranapanema até a represa de Xavantes, na região de Ribeirão Claro, no norte pioneiro, uma série de empreendimentos turísticos que estão sendo iniciados para proporcionar empregos, gerar riquezas em toda aquela região do estado.

É importantíssimo que possamos divulgar o rio Paranapanema e é fundamental, também, evidentemente, a preservação ambiental desse rio. Por isso, acho muito válido a Assembléia chamar a atenção para o Paranapanema, que deve ser valorizado como um patrimônio de todos os paranaenses e brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 408/08, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Aquarela, com sede no município de Curitiba, comarca da região metropolitana de Curitiba foro central. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 119/08, de 13/10/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 408/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de utilidade pública a Associação Beneficente Aquarela, com sede no município de Curitiba, comarca da região metropolitana de Curitiba foro central.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04/11/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 3113 a 3115, 3117 e 3118, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3116, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3132, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em Discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente, apenas queria que a Mesa analisasse se regimentalmente este requerimento atende aos pressupostos previstos no nosso Regimento. Mas, enfim, peço para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para discutir, adia-se na forma regimental e posteriormente será avaliado, como V. Exa. solicita.

O SR. JOCELITO CANTO (PBT) (**Pela Ordem**)

O Deputado Romanelli está demais hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

É um direito que lhe cabe como Parlamentar, Deputado Jocelito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas, já tinha sido adiada a sua discussão, mas é o Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimento nº 3139, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento nº 3140, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente. No dia 03 de abril nós apresentamos na Assembléia Legislativa um projeto pedindo, solicitando à Secretaria de Segurança Pública que fosse instalada a Delegacia de Combate ao Cyber Crime, os crimes cibernéticos, ou que fosse transformado o Núcleo de Combate ao Cyber Crime em delegacia.

Já está em funcionamento a Delegacia e o Núcleo, aqui, na cidade de Curitiba e estamos fazendo a solicitação através desse requerimento, peço o apoio dos nobres Parlamentares, para que seja estendido o atendimento da Delegacia para os municípios de Londrina, para os municípios de Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, e Ponta Grossa. É essa a nossa solicitação, através deste requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está em votação. Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 3108 e 3109, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3119 a 3131, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3141 a 3151, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3155, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3154, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 348, 406 e 407/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 183, 200, 360 e 408/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 084, 389, 411, 448/08 e do Projeto de Resolução nº 014/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Duílio Genari, Edgar Bueno, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Dr. Batista e Teruo Kato. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Reni Pereira. Passou-se à Ordem do Dia: Requerimento de preferência de votação apresentado pelo Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli ao Projeto de Lei nº 196/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 196/08, de autoria do Deputado Teruo Kato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 320/08, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 365/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 430/08, de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 354/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 403/08, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 409/08, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 412/08, de autoria do Deputado Jocelito Canto. O Sr. Deputado Jocelito Canto apresenta requerimento pela retirada de pauta e de devolução da matéria ao autor. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 415/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 418/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 426/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 434/08, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 271/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 367/08, de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 15) Projeto de Resolução nº 014/08, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 389/08, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 140/08, de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 401/08, de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

Hand holding pen writing ✓ = Hand holding pen writing ✗